

CONTRA O AJUSTE FISCAL E A DÍVIDA PÚBLICA

II ENCONTRO

NACIONAL DE EDUCAÇÃO

POR UM PROJETO DE EDUCAÇÃO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO

Em defesa da Educação Pública

Lutar é direito. Lutar não é crime!

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA JÁ

RELATÓRIO FINAL DO II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2016

Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!

CONTRA O AJUSTE FISCAL E A DÍVIDA PÚBLICA

Em defesa da Educação

Lutar é direito. Lutar não é crime.

II ENCONTRO

NACIONAL DE EDUCAÇÃO

POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO

16 A 18 DE JUNHO DE 2016

BRASÍLIA/DF

COMITÊ NACIONAL EM DEFESA DOS 10% DO PIB PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA, JÁ!

INTRODUÇÃO

Este relatório final reúne a síntese da construção do II Encontro Nacional de Educação (II ENE) realizado entre os dias 16 a 18 de junho em Brasília-DF, precedido de 20 etapas estaduais preparatórias e diversas outras etapas locais ou municipais. Organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, o II ENE teve a participação de aproximadamente 2 mil pessoas que acompanharam a programação e as atividades na Universidade de Brasília (UnB).

Fazem parte deste relatório: a Declaração Política do II ENE; sistematização das propostas dos grupos de trabalho divididos por eixos; relatórios de etapas preparatórias; moções aprovadas.

A transformação do Comitê Nacional em Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita terá como uma de suas tarefas organizar as atividades do próximo período relativas à construção do Projeto Classista e Democrático de Educação, bem como, encaminhar calendário de ações unificadas nacionalmente em defesa da educação pública e gratuita. Nesse sentido, é fundamental que todas as pessoas e entidades discutam as propostas presentes neste relatório com a finalidade de acumular o debate e avançar nas proposições de caráter classista para a educação. Destaque importante é que todas as propostas apresentadas nos grupos de trabalho estão neste relatório.

Brasília, 8 de julho de 2016

DECLARAÇÃO POLÍTICA DO II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O II Encontro Nacional de Educação, realizado em Brasília entre os dias 16 e 18 de junho de 2016, foi vitorioso. Estiveram presentes aproximadamente 2000 participantes representando todas as regiões do Brasil e os diferentes setores da educação: estudantes secundaristas e universitários; estudantes de escola técnica; técnico- administrativos da Educação Básica e do ensino superior; professores e professoras do ensino básico das redes estadual e municipal; docentes de instituições federais e estaduais de ensino superior; assistentes sociais; movimento popular.

O II ENE ocorre numa conjuntura de aprofundamento dos ataques que o capital faz contra a classe trabalhadora no Brasil e no mundo: retirada de direitos, demissões, reformas antipopulares, terceirização, precarização, sucateamento dos serviços públicos, entre outros. Mas uma conjuntura também marcada pela brava resistência dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos setores oprimidos aqui em nosso país e em inúmeros países do mundo.

Foi vitorioso porque reuniu aqueles e aquelas que protagonizaram e protagonizam as lutas e greves em defesa da educação pública. Foi vitorioso porque reuniu aqueles e aquelas que ocuparam e continuam ocupando as escolas para impedir o seu sucateamento. Enfim, o II ENE foi vitorioso porque reuniu parte importante daqueles e daquelas que combatem cotidianamente a exploração praticada pelos donos do poder contra a classe trabalhadora e também reuniu aqueles e aquelas que enfrentam a exploração sofrida pelos setores mais oprimidos da população: negros e negras, mulheres; LGBT's, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pessoas com deficiência.

Além disso, foi vitorioso porque debateu, desde a realização dos encontros preparatórios nos Estados, os principais temas que envolvem a educação e tomou posição sobre eles. E, apesar de uma realidade difícil, conseguiu apresentar propostas de ação e caminhos para a unidade de todas e todos que atuam na defesa da educação pública e na defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Na sua instalação, o II ENE prestou uma homenagem ao Professor Márcio Antônio de Oliveira, militante do ANDES- SN, falecido no dia 13 de maio de 2016,

importante referência na luta em defesa da educação pública e dos direitos dos trabalhadores. A ele é dedicado o II ENE.

EIXOS

Avaliação: o sistema de avaliação da educação brasileira se constitui de forma punitiva e de ranqueamento que implica em ataques à autonomia das instituições públicas de educação, especialmente na relação do financiamento condicionada a indicadores estabelecidos a partir das avaliações padronizadas como a Prova Brasil, ENEM, ENADE e da avaliação da CAPES para a pós-graduação, bem como indicadores definidos em âmbito estadual e municipal. Ainda, esta política de cunho gerencialista, impacta negativamente no desenvolvimento da carreira dos trabalhadores da educação, por meio da lógica do produtivismo e da meritocracia, que também amplia a intensificação do trabalho e é utilizado como mecanismo de destruição das carreiras e redução salarial.

Para enfrentar estas políticas, é preciso aprofundar a análise e apontar caminhos para a garantia da autonomia institucional que deve servir para transformar a realidade educacional a partir do acompanhamento da situação objetiva das precárias condições em que se encontram as instituições educacionais públicas, estabelecendo mecanismos que contribuam para a formação emancipatória na educação básica e no ensino superior. O processo de avaliação é fundamental e deve ser diagnóstico, democrático, não punitivo e deve servir para apontar as falhas, mas também as soluções, inclusive viabilizando a sua implementação.

Trabalho e Formação de trabalhadores da educação: o II ENE aponta para a defesa da educação pública, laica, gratuita e de qualidade como locus principal da formação e de trabalho. Assim sendo, sugere que é fundamental a unidade dos trabalhadores da educação bem como a unidade dos trabalhadores de modo geral. O II ENE indica a necessidade de produzir espaços de articulação que organizem a classe trabalhadora para enfrentar os desafios da conjuntura.

A educação classista e emancipatória, que deve ser a base de nossa formação, precisa incorporar os movimentos sociais como atores centrais em sua formulação, cujo trabalho educativo deve estar profundamente articulado com este setor. Assim, é fundamental que incorpore na formação a pauta dos movimentos de combate as opressões de gênero, LGBT, Negros e Negras. Deve ser, portanto,

libertadora, classista e emancipatória e que reconhece nos estudantes atores centrais em sua formulação.

A formação que defendemos não pode se dar com ingerências indevidas de governos e não pode estar sujeita à onda conservadora, assim rejeitamos categoricamente o projeto escola sem partido e assemelhados, bem como rejeita o papel que as mídias hegemônicas têm cumprido.

A precarização das condições de trabalho age em detrimento da qualidade da educação e, portanto, da qualidade dos processos de formação dos trabalhadores em educação. Assim, a luta contra a precarização é uma luta a favor da nossa formação e por condições de trabalho.

É preciso combater a formação dos trabalhadores da educação privatizada ou através da Educação à Distância. Há necessidade de se possibilitar as condições objetivas para que os trabalhadores da educação possam realizar a formação continuada, fundamental e importante para o desenvolvimento pessoal, para o aumento da autoestima, com reflexos para o desempenho profissional.

Acesso e permanência: Identifica-se, em relação ao acesso e à permanência, a obediência da política educacional do Brasil aos organismos multilaterais, no sentido de aumentar o acesso por via da privatização com duas perspectivas: massificação e diversificação sem qualidade, sem controle público e social. Isto tem impactado negativamente nas políticas de assistência estudantil que se resume ao PNAES enquanto decreto e não política de Estado, limitada ao atendimento das demandas de estudantes de ensino superior, enquanto há ausência de política de permanência para educação básica. Faz-se necessário apontar que o movimento precisa lutar pela garantia do acesso e permanência com qualidade, desde à creche à pós-graduação e que esta possua maior investimento do Estado. São significativas as demandas referentes à inclusão e permanência de estudantes com deficiências, a necessidade de construção de moradia estudantil, alimentação, creches, passe livre, atendimento à saúde, apoio pedagógico, cultura, lazer, acessibilidade nas escolas e universidades, bem como a universalização do ensino e o fim do vestibular. Neste sentido, apontamos para a reestruturação das políticas de permanência, contemplando demandas postas por estudantes negras e negros, indígenas, quilombolas, lgbt's, mulheres, mães/pais e trabalhadores.

Gestão: sobre o eixo de gestão, o II ENE concluiu que é necessário avançar no debate de democracia e autonomia nas instituições públicas de educação. Para isso, é importante pautarmos a paridade na participação dos conselhos consultivos e deliberativos, e também na participação do peso da votação/consulta para eleição dos diretores de escola, assim como de reitorias. O debate de autonomia e democracia é fundamental, neste momento de aprofundamento dos ataques e cortes na educação para aceleração de implementação de um projeto de precarização, sucateamento e privatização da creche à pós-graduação.

É preciso repudiar o método antidemocrático de eleição e participação nos espaços consultivos e deliberativos nas instituições públicas de educação que precisam ter autonomia e democracia interna para ampla e irrestrita participação da comunidade acadêmica dos três segmentos.

A EBSEH, que vem sendo implementada nos hospitais universitários (HUs) é um grave ataque à educação e à saúde pública do país. Os HUs são centros de excelência de produção de conhecimento, de pesquisa e extensão universitária. A aprovação desta política pelo então Governo Lula/Dilma significa uma nítida privatização dos hospitais universitários do país, sendo aprovados de forma antidemocrática e autoritária nas universidades.

Nesse sentido, para garantia da autonomia e a democracia interna nas instituições públicas de educação, é importante construir processos em que os setores de mulheres, LGBT e de negritude sejam contemplados, para se garantir uma democracia de fato nas instituições públicas de educação.

Em tempos de ataques às liberdades democráticas, a exemplo da “escola sem partido”, a luta pela democracia e de uma gestão democrática nas instituições públicas de educação se coloca como central na luta por um projeto classista e democrática de educação.

Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Questões Étnico-Raciais: O II ENE concluiu pela necessidade de reconhecer as demandas de negros e negras, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pessoas com deficiência, jovens, mulheres e LGBT's nos espaços de educação, bem como nos movimentos sociais.

Reconhecemos as especificidades sociais, históricas e culturais, as reivindicações de cada indivíduo oprimida/o e superexplorada/o deve se expressar na formulação de conhecimento, bem como a formação curricular nos espaços de

educação. As escolas, universidades e institutos devem ser espaços críticos e pedagógicos para o combate de todas as opressões. Para isso, é fundamental a defesa de políticas afirmativas de reparação, como as cotas raciais; a garantia do nome social para pessoas trans; campanhas de combate às violências opressoras; a defesa do acesso e permanência das pessoas oprimidas nas instituições públicas de educação.

A ausência de uma política que combata as opressões nos espaços de educação deixa o caminho livre para a propagação do ódio, tão presente na mídia hegemônica e outros veículos de propagação das ideologias opressoras. O Projeto de lei “Escola Sem Partido” é um evidente exemplo disso. Derrotá-lo, assim como qualquer outro projeto e leis aprovadas com esse conteúdo, é uma tarefa de todo o movimento em defesa da educação. Bem como, intensificar a luta contra a LGBTfobia debatendo os meios para enfrentá-la (leis, campanhas etc); leis e campanhas pela segurança às mulheres vítimas de violência moral, psicológica e física; e o reconhecimento da história e cultura do povo negro e indígena como parte da superação do racismo e da violência étnico-racial, utilizando-se de meios de comunicação, como cartilhas, campanhas nas redes sociais, vídeos etc. O combate, em todos os âmbitos, às opressões está diretamente ligado à construção de uma nova educação e, conseqüentemente, de uma nova sociedade.

A formulação e atualização do conhecimento deve respeitar e incorporar as diversidades e reconhecer a história e cultura negra, das mulheres e LGBTs. Isso deve se expressar na formação continuada dos trabalhadores da educação, bem como dos currículos escolares e acadêmicos.

Financiamento: o II Encontro Nacional de Educação compreende que todos os habitantes deste país têm direito a uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade em todos os níveis, o que demanda seu pleno financiamento por recursos estatais, em volume equivalente a, pelo menos, 10% do PIB. O Encontro repudia todas as formas de transferência de recursos públicos para o setor privado previstas no Plano Nacional de Educação, em programas como o PROUNI, o FIES, o PRONATEC, entre outros, que apenas subsidiam o lucro empresarial, em especial dos grandes oligopólios educacionais. A extinção desses programas deve ser feita de modo a não retirar nenhum direito dos estudantes, que devem ter suas dívidas

anuladas, serem absorvidos por instituições públicas, cuja expansão deve incluir, entre outras coisas, a estatização de instituições privadas.

A defesa do caráter público da escola pública passa pela luta contra todas as formas de parcerias público privadas, as quais se dão invariavelmente com a combinação de investimento público e lucro privado, como as terceirizações, as administrações por meio de OS, militarização, a compra de serviços educacionais privados pelo Estado, e as previstas no marco regulatório de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao mesmo tempo, lutamos na defesa dos direitos dos trabalhadores terceirizados e pelo direito à sua livre organização. Faz-se necessário lutar pela extinção das fundações privadas ditas de apoio e pela gestão democrática dos recursos financeiros da educação pública em todos os níveis.

Lutamos contra todas as formas de precarização do trabalho nas instituições públicas de educação e as destruições das carreiras. Lutamos pelo piso nacional do DIEESE, por planos de carreira e concursos públicos para reposição de todas as vagas e para expansão da rede pública. Também denunciemos que o insuficiente Piso nacional aprovado não é respeitado em muitos Estados e na maioria dos municípios.

Devemos acompanhar as definições e execuções orçamentárias da União, dos estados e dos municípios, lutando contra as formas legais que retiram recursos da educação, como a DRU, a Lei de Responsabilidade Fiscal e os projetos de lei em tramitação que reduzem os recursos públicos e direitos dos trabalhadores, como o famigerado PLP 257/16, e todas as formas que burlam as conquistas em lei, a exemplo do piso nacional do magistério

Mas, para que haja recursos para a educação e para as demais políticas públicas é preciso que haja uma política tributária que taxe as grandes fortunas, os lucros e demais ganhos de capital, com o fim das isenções fiscais de igrejas, empresas, latifúndios e clubes sociais. Reafirmamos também a importância do enfrentamento à maior sangria dos recursos públicos, que é a dívida pública e seus mecanismos de manipulação de toda a política econômica, que fazem do Estado o fiador e segurador do capital financeiro, com a defesa de uma auditoria pública já, com suspensão do seu pagamento.

NOSSAS TAREFAS

O II ENE manifesta a disposição de luta e a necessidade da construção de amplo e unitário movimento em defesa da educação pública. Conclama a unidade dos setores da educação, inclusive aqueles que não construíram o II ENE, na organização de ações em defesa da educação pública e gratuita por meio da solidariedade às lutas em curso e da construção efetiva de uma jornada de luta em defesa da educação pública, organizando a mobilização, paralisações e greves do setor da educação. É preciso discutir nas bases de todas as entidades a necessidade de construção de uma greve nacional da educação, como meio de enfrentar o desmonte da educação pública.

Além disso, como ação unificada nacionalmente, o II ENE chama para o dia 11 de agosto – dia do estudante - a realização de um dia nacional de lutas em defesa da educação pública e gratuita.

O II ENE coloca-se ao lado do conjunto da classe trabalhadora na luta contra o ajuste fiscal e para barrar os projetos que tramitam nos legislativos que retiram direitos da classe, como o da lei das terceirizações, o PLP 257/16, a anunciada nova etapa da contrarreforma da previdência e trabalhista. Nesse sentido, afirma o chamado às centrais sindicais, entidades estudantis e movimentos sociais e populares para a construção da Greve Geral em defesa dos direitos dos trabalhadores, contra o Ajuste Fiscal e as contrarreformas da previdência e trabalhistas, exigindo-se também a saída de Temer.

O II ENE luta contra o PNE 2014-2024 pelo seu caráter privatista de transferência de recursos públicos para as empresas educacionais privadas. Assim, o II ENE estabeleceu as bases iniciais para a construção do projeto classista e democrático de educação, que só será possível de se concretizar por meio de amplas discussões, que envolvam todos os lutadores que defendem a educação pública. O relatório final do II ENE deverá ser a contribuição inicial a essas discussões a serem realizadas em seminários locais, regionais e estaduais em todo o país, culminando no III ENE, em 2018.

A partir deste II ENE, o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já! transforma-se em Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita, cujo objetivo central será acumular e coordenar a construção do projeto classista e democrático de educação, apontando ações de enfrentamento à precarização e privatização da educação a serem

construídas nacionalmente em conjunto com todos os setores que defendem a educação pública. A Coordenação Nacional das Entidades também buscará atuar no apoio a toda luta, ocupação, mobilização, greve dos setores que são parte do ENE, evitando o seu isolamento. Assim, apoiados no que construímos ao longo destes anos, vamos dar um passo maior na nossa luta, na nossa unidade e na nossa organização em defesa da educação pública, laica, democrática e também na defesa dos direitos da classe trabalhadora

Brasília-DF, 18 de junho de 2016

RELATÓRIOS DOS GT'S DO II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PROPOSTAS

EIXO: ACESSO E PERMANÊNCIA

- 1) Construir um Fórum Nacional específico, que debata educação e assistência estudantil como processo de formação e aprofundamento das pautas e reivindicações, no sentido da elaboração de um programa nacional que unifique as lutas em defesa das políticas de assistência e permanência estudantil;
- 2) Lutar para que o PNAES se torne um decreto Lei, que possibilite uma nova forma de construir a permanência estudantil nas Instituições de Ensino
- 3) Defender a inclusão da pós-graduação no PNAES, com o aumento proporcional do orçamento e reconhecimento da bolsa para pós enquanto direito e não benefício;
- 4) Defender políticas de acesso e permanência, específicas para ameríndios indígenas, quilombolas, camponeses e outras “minorias sociais”;
- 5) Combater qualquer possibilidade de cobrança de mensalidades e taxas nas instituições de ensino federais, estaduais e municipais;
- 6) Defender a ampliação e valorização das equipes que atuam nas políticas de assistência estudantil nas instituições de ensino públicas;
- 7) Defender a licença maternidade nas instituições de ensino, garantindo que estudantes não percam suas bolsas no período de afastamento;
- 8) Exigir do cumprimento da Lei de gêmeos ??
- 9) Lutar pela Desburocratização do cadastro sócio-econômico das políticas de assistência estudantil, e do processo diferenciado para estudantes em situações emergenciais;
- 10) Lutar pela criação de programa que regule a destinação de verbas para a permanência de estudantes de instituições de Ensino Técnico;
- 11) Defender as bolsas permanência, sem a contrapartida de trabalho obrigatório;
- 12) Lutar pela Inserção dos estudantes cotistas nos núcleos de pesquisas, projetos de extensão e estágios e bolsas PIBIC.

- 13) Lutar pela ampliação das bolsas de pesquisa, ensino, extensão na graduação e pós-graduação, bem como, a ampliação das bolsas de permanência estudantil;
- 14) Lutar pela ampliação das vagas das moradias estudantis, bem como suas estruturas e pela reforma das existentes;
- 15) Lutar pelas moradias (ou unidades) estudantis familiares, ou para mães, pais ou qualquer estudante com filhos;
- 16) Intensificar a Campanha Nacional de acesso e permanência na educação pública estatal organizada por estudantes;
- 17) Lutar pela transparência nos editais e processos relacionados às políticas de permanência estudantil;
- 18) Lutar em defesa de políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência;
- 19) Lutar pela criação de instrumentos que combatam a cultura do estupro nas escolas de educação básica e nas instituições de educação superior e pela criação de comissões autônomas (composta por professoras, estudantes, técnicas mulheres), para analisar os casos de violência contra as mulheres e os LGBTTT;
- 20) Lutar pela implementação e ampliação de creches em todas as Universidades e demais Instituições de Ensino para atender mães e pais, estudantes e trabalhadores;
- 21) Lutar pela ampliação de políticas de permanência para além das moradias R.U.S e bolsas, garantindo acesso à cultura, segurança, transporte;
- 22) Lutar pela tarifa zero nos transportes coletivos e pela criação de um fundo nacional próprio de transporte público;
- 23) Lutar pela destinação da verba de assistência estudantil como rubrica exclusiva para assistência estudantil e não preferencialmente como determina o PNAES.
- 24) Ampliar e intensificar o debate sobre permanência, de forma a pautar as demandas que visam à inclusão da comunidade externa e periférica e demais Instituições de Ensino;
- 25) Lutar e intensificar a organização de espaços de formação política para das categorias relacionadas à educação;

- 26) Lutar contra ações de governos que criminalizam os movimentos e as lutas das(os) estudantes e trabalhadores(as);
- 27) Lutar pela universalização do ensino superior, pelo fim do vestibular e dos processos meritocráticos de entrada nas Instituições de Ensino
- 28) Lutar pelos 10% do PIB já para a educação pública estatal, contra os cortes de verbas, contra os processos de terceirização e privatização das universidades e demais Instituições de Ensino;
- 29) Lutar contra a lógica dos programas REUNI, PROUNI E FIES que representam o desmonte, a privatização e o endividamento da juventude;
- 30) Lutar por uma política nacional de alimentação, na educação superior, com fundo próprio;
- 31) Lutar pela permanência estudantil, entendendo que sua ausência e problemas circunscritos, geram situações de tal nível de angústia/ansiedade, que podem avançar para processos de problemáticas de adoecimento mental;
- 32) Lutar pelo acesso e permanência para além da universidade, expandir o debate para a educação básica. Levar a Consulta Acadêmica para os outros níveis da educação (Básica, Nível Médio);
- 33) Pensar em formas/estratégias de possibilitar que as mães (principalmente) e os pais estudantes continuem seus estudos, por ex., por meio das cirandas infantis, como forma de combater a evasão escolar;
- 34) Realizar testes vocacionais nos colégios do ensino médio;
- 35) Intensificar as discussões sobre evasão, de forma que possam ~~dever~~ ser trabalhadas dentro da escola de ensino fundamental e médio com maior prioridade do que dentro da universidade;
- 36) Realizar pesquisas na educação básica (ensino fundamental e ensino médio) para manter atualizado o conhecimento do perfil dos alunos, suas necessidades e como melhor atendê-los;
- 37) Promover espaços de discussão sobre profissões que tenham caráter itinerante, de forma que as instituições de ensino superior até às escolas e não ao contrário;
- 38) Lutar pela gestão democrática, participativa e controle social em todos os níveis e instituições;

- 39) Lutar pelo passe livre estudantil/municipal e intermunicipal em horários que ultrapassem o período de aula. Transporte público e gratuito para estudantes. Auditoria das empresas de transporte. Promover o debate do projeto de Tarifa Zero no transporte coletivo.
- 40) Lutar pela Universalização do acesso à educação infantil às crianças de zero a três anos.
- 41) Lutar contra a DCN
- 42) Lutar pela garantia da compatibilidade do tempo de trabalho e de estudo para o acesso e permanência dos estudantes de Educação Básica – incluindo a Educação de jovens e adultos – e do Ensino Superior.
- 43) Lutar pela Ampliação das políticas afirmativas de acesso e permanência no Ensino Superior.
- 44) Lutar pela Construção de um Plano Estadual da Assistência Estudantil.
- 45) Lutar pela garantia da efetivação da matrícula em escolas próximas à moradia do estudante, sempre que o mesmo desejar.
- 46) Mapear as causas de evasão e retenção e adoção de políticas e estratégias de ação.
- 47) Lutar contra a política de nucleação e a favor da implantação de uma rede de escolas em comunidades rurais e tradicionais, levando-se em conta as especificidades geográficas e culturais.
- 48) Lutar pela oferta e ampliação de transporte solidário e não motorizado, seja com a criação de bicicletários, campanhas de incentivo e respeito ao uso da bicicleta, criação de banheiros com chuveiros, etc., bem como incentivar o sistema de caronas solidárias nas universidades.
- 49) Lutar pela intensificação de programas de saúde escolar, incluindo a contratação de equipe multidisciplinar (enfermeiro, psicólogo, nutricionista e assistente social, profissionais de educação especial);
- 50) Lutar pela organização de uma rede pública entre setor de educação e de saúde, de forma a fortalecer o acesso do estudante às redes públicas de saúde.
- 51) Lutar pela universalização do acesso de todos e todas à educação digital, tendo os estabelecimentos de ensino como polo aberto para a comunidade.
- 52) Lutar pela ampliação da educação bilíngue na rede pública;

- 53) Ampliar os espaços de inclusão cultural por meio do acesso as mais variadas formas de expressões artísticas;
- 54) Lutar pela ampliação de investimento e dinamização do acervo bibliográfico das bibliotecas e salas de leitura públicas;
- 55) Lutar pela garantia de espaços e instrumentos para desenvolvimento de atividades culturais, sem fins lucrativos, nas instituições escolares para a comunidade interna e externa;
- 56) Lutar pela garantia de acesso à cultura esportiva e todos os estudantes por meio da promoção de recursos humanos, equipamentos e espaços destinados às práticas corporais.
- 57) Lutar pela garantia da implantação de restaurantes universitários, como parte do programa de assistência e permanência estudantil, em todas as instituições de ensino públicas – fundamental/médio/superior;
- 58) Lutar pela garantia da qualidade dos alimentos servidos nas instituições de ensino públicas – fundamental/médio/superior no restaurante universitário, privilegiando produtos orgânicos/agroecologia e advindos da agricultura familiar;
- 59) Promover a formação continuada dos docentes de todos os níveis de educação para a efetivação do projeto de educação inclusiva;
- 60) Promover o estreitamento das relações entre o ensino superior e a educação básica, com formação continuada de professores e funcionários da rede;
- 61) Lutar pela monitorização popular dos recursos e seu destino na gestão da universidade, promovendo a transparência dos recursos do PNAES
- 62) Lutar pela ampliação do financiamento do PNAES para 3 bilhões de reais
- 63) Lutar pela implementação de cotas raciais nos programas de pós-graduação.
- 64) Repudiar qualquer redução de bolsas de graduação e pós-graduação.
- 65) Debater coletivamente sobre a segurança na escola e nas instituições de ensino superior, pautada na perspectiva de ocupação desses espaços em interação com a comunidade, na garantia de uma guarda concursada e fundamentada nos direitos humanos. Atentar para denunciar a violência cotidiana que as mulheres enfrentam nesses espaços.

66) Exigir que as escolas da rede privada respeitem a decisão política e jurídica de acesso e permanência de crianças com necessidades especiais nas escolas.

EIXO: AVALIAÇÃO

1. Lutar pela criação de projetos de capacitação: questionar e cobrar dentro desta pauta geral, visando o material didático, a produção e conteúdo até a distribuição.
2. Construir um currículo que atenda todas as diversidades que se vivenciam no espaço escolar.
3. Reafirmar a posição contrária a todos os projetos que tramitam em vários entes federais que prejudicam os direitos dos trabalhadores;
4. Lutar pela Rejeição do aumento da hora/aula na rede federal de ensino. Garantir que as atividades de ensino não ultrapassem 1/3 da CH total dos docentes;
5. Reforçar, resgatar o INEP como órgão de avaliação dos aspectos qualitativos de educação e não somente os qualitativos da aprendizagem;
6. Lutar pela Valorização dos profissionais de educação via concurso público, com estabilidade estatutária e progressão de carreira, sem meritocracia ou avaliação;
7. Instituir formas de avaliação contínua na atividade educacional nas instituições de educação superior;
8. Instituir formas alternativas de avaliação que compreendam as diversidades dos alunos e que não se pautem na meritocracia;
9. Reformular as propostas de avaliação nas diretrizes curriculares;
10. Evitar práticas mecânicas e tradicionais no processo de avaliação;
11. Avaliação: sistemas de avaliação não podem determinar o caráter da educação, ela deve ser submetida aos interesses da educação pública;
12. Contrapor a massificação das avaliações externas, pensando nas especificidades de cada escola/aluno;
13. Diversificar a avaliação que não pode se esgotar em um instrumento;
14. Realizar a Avaliação através de vários métodos, com liberdade;
15. Pensar a avaliação para emancipar o aluno;
16. Realizar uma Avaliação menos burocrática e com mais ênfase para o conhecimento, a reflexão, a leitura e com mais espaço para desenvolvimento de outras formas avaliativas.
17. Rechaçar todos os programas de avaliação externa

18. Intensificar a campanha pelo boicote ao Enade. A avaliação de ser feita pelos que estudam e trabalham, como parte da luta pela destruição da burocracia nas instituições de educação superior e controle coletivo da escola pelos que estudam e trabalham.
19. Ampliar e disseminar discussões relativas aos processos de avaliação que incidem sobre a Educação Básica e Universitária, considerando as especificidades regionais e a participação da sociedade, na busca de alternativas à meritocracia adotada atualmente;
20. Valorizar a extensão, em equidade com a pesquisa do que diz respeito à carreira docente, captação de recursos e distribuição de bolsas;
21. Resgatar a discussão sobre a concepção de educação e de outra avaliação, a fim de melhorar a qualidade da educação sem depender somente do modelo de avaliação empregado, mas implicando no financiamento, valorização docente, uma vez que mudar a avaliação não muda a qualidade nem a educação como um todo.
22. Avançar no debate sobre as táticas de mobilização contra o ENADE
23. Convite à participação/construção de uma Semana de Mobilização e Luta Nacional contra o ENADE a ser realizados nas diferentes instituições de educação superior
24. Recuperar outras experiências de avaliação que se articulem com um projeto classista e democrático de educação
25. Lutar pela Revogação do decreto 8.752/16, o qual trata da política nacional de formação de profissionais da educação que apresenta critérios de avaliação meritocráticos, uniformizantes e por desempenho;
26. Denunciar os cursos e aulas preparatórios para o ENADE os quais transformam a educação como mercadoria
27. Denunciar a lógica de premiação e punição para os participantes do ENADE – e ainda a retirada de alunos com coeficiente baixo da realização do exame
28. Avançar na discussão sobre o modelo de Educação à Distância (EaD), o qual encobre a precarização do ensino
29. Denunciar o PNE e o modelo de avaliação imposto e deslegitimador da autonomia pedagógica
30. Denunciar o modelo de Avaliação aprovado na última pré-conferência da CNTE, em agosto de 2015.

31. Rechaçar toda e qualquer avaliação em larga escala

EIXO: TRABALHO E FORMAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO

- 1) Lutar contra a MP 727 (Proposta de parceria de investimento)
- 2) Lutar Em defesa do PIBID (Construção de uma portaria com a participação dos bolsistas) e do PET Institucional e não autoral-vitalício;
- 3) Lutar contra o Conselho Federal de Educação Física e seus Conselhos Regionais;
- 4) Buscar acordos com as organizações acadêmicas, corporativas, grupos de cultura popular, pastorais que estejam juntos no combate aos projetos conservadores;
- 5) Incentivar cursos de formação, plenárias escolares, audiências públicas a partir dos sindicatos, DCE, Centro acadêmico e centrais Sindicais;
- 6) Promover campanhas públicas de esclarecimento dos projetos conservadores e dos ataques aos direitos dos trabalhistas;
- 7) Criação de Campanha virtual nas redes sociais com material didático (vídeos, cartazes, textos. Etc.).
- 8) Lutar pela redução da jornada de trabalho dos trabalhadores da educação, sem redução salarial; 30 horas semanais; 50% de hora atividade;
- 9) Combater as formações aligeiradas, pois precarizam o ensino;
- 10) Combater às terceirizações;
- 11) Combater as propostas que permitem acordos extrajudiciais para intermediar conflitos entre trabalhadores e empregados;
- 12) Defender a liberdade de organização sindical;
- 13) Promover a necessária articulação entre os sindicatos/entidades estudantis e movimentos sociais;
- 14) Combater as políticas de precarização do servidor público: como o estímulo à demissão voluntária e OSs;
- 15) Combater as políticas de retirada aos direitos da classe trabalhadora;
- 16) Desenvolver uma política de formação inicial e continuada aos professores/funcionários: com carga horária reservada; integração entre os níveis de ensino e pós-graduação; com incentivo salarial/carreira;
- 17) Lutar por maior investimento em valorização profissional (em geral);

- 18) Lutar contra a cultura e prática do “Apostilamento” do conhecimento/a formação ;
- 19) Realizar reflexão após a formação – formação continuada; com tempo destinado a essa formação;
- 20) Defender o PIBID e seu caráter inicial;
- 21) Fortalecer as entidades representativas dos trabalhadores da educação, estudantes, pais e mestres e movimentos sociais, bem como da sua articulação;
- 22) Lutar pelos Direitos para pais e mestres e responsáveis se ausentaram do trabalho para participar das atividades da escola;
- 23) Lutar pela autonomia do trabalho docente;
- 24) Lutar pela abertura de concursos públicos para suprir demandas das instituições de educação pública; e para cargos já extintos;
- 25) Lutar contra a precarização dos professores temporários;
- 26) Explicitar o que se entende por controle social, de modo que não se reforce o que o Movimento: Todos pela Educação defende, superar a perspectiva gerencialista (accountability)
- 27) Defender e lutar por um Piso nacional referenciado no DIEESE para todos os profissionais da educação;
- 28) Lutar pela autonomia pedagógica e de gestão financeira para as instituições de ensino;
- 29) Combater o fechamento das escolas públicas, do campo e da cidade e EJA;
- 30) Inserir as universidades na realidade dos educandos para que possam trabalhar a partir da realidade de cada sujeito;
- 31) Realizar atenção pedagógica diferenciada para estudantes cotistas;
- 32) Lutar pela acessibilidade às pessoas com deficiências: e políticas de capacitação para os professores, voltadas para a inclusão desses educandos;
- 33) Lutar pela valorização/melhoria, criação de espaços para planejamento coletivo do processo de ensino; interdisciplinaridade;
- 34) Lutar por uma educação emancipadora que torne o estudante sujeito do conhecimento.

- 35) Manifestar a posição contrária à proliferação da formação docente privatizada e majoritariamente em EAD;
- 36) Lutar contra as políticas dos editais;
- 37) Lutar em prol de condições de trabalho e estudo;
- 38) Lutar contra a bolsificação da vida: mais educação, UAB, PNAIC, PNFEM;
- 39) Debater o papel da mídia e do quarto poder (comunicação) enquanto ferramenta ideológica de alienação e ataque à classe trabalhadora;
- 40) Lutar contra a terceirização da segurança. Por recursos públicos para vigilantes com formação humanizada em todas as instituições de ensino;
- 41) Lutar pelo fim da privatização e da terceirização nas instituições públicas de educação e da saúde e pela defesa do concurso público em todos os níveis ;
- 42) Lutar contra o desmonte dos serviços públicos e a retirada de direitos conquistados pela classe trabalhadora da Educação;
- 43) Avançar na realização de Campanhas contra a desvalorização dos trabalhadores da educação terceirizados;
- 44) Reivindicar vagas para novos técnicos; criar o cargo de técnico substituto; destinar vagas em programa de pós-graduação para servidores técnicos administrativos; criar programas específicos de pós-graduação para servidores técnicos administrativos; fazer debates de formação dos TAE com os docentes (divisão), porque toda a formação é pensada neste sentido, na divisão dos servidores da Educação; respeitar o plano de carreira dos Técnicos sejam respeitados e institucionalizados; alguns técnicos reivindicam que sejam destinados cargos de gestão para técnicos nas Universidades;
- 45) Lutar contra a “Escola sem partidos” pela continuidade da liberdade de expressão e autonomia da prática docente, em prol de uma educação crítica que forme alunos autônomos;
- 46) Institucionalizar programas de formação para docentes, pelas universidades, com financiamentos pelo MPOG/MEC, com atendimento de demandas escolhidas pelos próprios professores e com metodologias ativas, tecnologias da informação e demandas de áreas específicas;
- 47) Investir na formação política dos profissionais da educação, como tarefa do movimento sindical a nível nacional;

- 48) Construir articulações entre o movimento secundarista e universidades privadas, visto que muitos destes alunos que tem questionamentos políticos estão nestas universidades e estão sendo perseguidos;
- 49) Fazer questionamentos sobre o uso do financiamento bancário na educação, sobre a perspectiva do uso do privado e voltar a educação que é pública para o interesse do trabalhador;
- 50) Estimular os Comitês Estaduais em defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! a realizar e promover audiências /encontros para discutir as políticas que ameaçam a educação e os trabalhadores da educação; Além de renomear este comitê com uma denominação mais ampla de FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA;
- 51) Dar centralidade à luta contra a reforma da previdência que consta na agenda de ataques do governo;
- 52) Avançar no debate e efetivação de Políticas de formação dos trabalhadores da educação que inclua o debate em torno da crise socioambiental contra o atual modelo capitalista que saqueia nossos bens naturais para alimentar o mercado, por meio do discurso de sustentabilidade; outro tema a ser discutido “Educação e violência nas escolas”; mercantilização da educação; Além da garantia da articulação teórico/prática no sentido da centralidade do trabalho como princípio educativo, que implique na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Precarização da Educação; adoecimento no trabalho e intensidade no trabalho;
- 53) Elaborar cartilhas (texto e divulgação) a respeito da análise dos vínculos entre Base Nacional Curricular Comum e reformas curriculares para a formação dos educadores;
- 54) Estimular, a partir do II Encontro Nacional de Educação nas suas diversas instâncias e em seus materiais de divulgação que as entidades que estão participando do evento se posicionem contrárias as diretrizes curriculares pautadas em princípios capitalistas e de interesse mercadológico;
- 55) Construir um Projeto Classista de Educação que barre os ataques do capital a Educação no Brasil e na América Latina;
- 56) Lutar contra as escolas de formações que promovam os processos de meritocracia na educação; não ao processo de demissão, não a

determinação do reajuste salarial, e que determine a evolução funcional; Também contra no âmbito do trabalho a divisão da docência em diversas categorias; ainda neste ponto: contra” trabalho igual/direitos diferentes”; precarização do emprego/subemprego; a tercerização do emprego dos docentes; privatização da formação docente;

- 57) Avançar no debate sobre a ampliação do diálogo entre os trabalhadores da educação e os cursos de Licenciatura, por meio de campanhas, fóruns e diálogos;
- 58) Avançar na /pela unidade de todas as categorias dos trabalhadores da educação e em defesa de um projeto de educação emancipadora e popular;
- 59) Lutar Contra a militarização e a policiamento das escolas públicas;
- 60) Ampliar o debate sobre a construção de um Sistema Nacional de Educação Classista;
- 61) Criar os Comitês e Plenárias para retomada da luta pela educação pública e gratuita, por concurso público, carreira, salário e condições de trabalho em todos os níveis de educação e para todos os trabalhadores da educação;
- 62) Aprofundar o debate sobre uma política de formação de trabalhadores da educação classista;
- 63) Lutar contra todo o tipo de divisionismo entre trabalhadores da educação e estudantes, construindo a luta unitária contra o PL 257, pela revogação da Reforma da Previdência, pelo piso salarial do Magistério da Educação Básica, pela data base única dos trabalhadores da educação;
- 64) Lutar em defesa da liberdade de organização sindical e estudantil e da autonomia das organizações em relação ao Estado, aos partidos e aos patrões;
- 65) Defender a sindicalização de todos os trabalhadores precarizados da educação;
- 66) Lutar pela implementação da disciplina de Filosofia nas escolas de Ensino Fundamental (1º Grau) e manutenção no Ensino Médio (2º Grau), nacionalmente;

- 67) Defender a previdência e seguridade pública. Pela derrubada da reforma da previdência. Derrubada da Lei 12.722\12 e combater o PLP 257/2015 que acentuam a precarização da carreira docente;
- 68) Lutar contra a formação curricular tecnicista, fordista com vícios produtivista, no combate às iniciativas com base na defesa meritocracia;
- 69) Elaborar e reestruturar os planos de carreiras de todos os trabalhadores em educação no magistério público municipal, estadual e federal;
- 70) Ampliar os recursos para a qualificação e capacitação dos trabalhadores da educação pública;
- 71) Implementar e valorizar programa de saúde para trabalhadores na educação pública
- 72) Lutar por um regime de 30 horas para todos os trabalhadores técnicos administrativos da educação pública;
- 73) Lutar pela revogação da Lei 12.550, que criou a EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – que privatiza os hospitais universitários;
- 74) Lutar pelo fim da terceirização nos serviços públicos brasileiro;
- 75) Lutar pelo Atendimento 100% SUS nos Hospitais Universitários;
- 76) Avançar no aprimoramento da carreira dos técnicos administrativos dos IFES e dos docentes;
- 77) Realizar o enquadramento por formação a todos os profissionais da Educação Infantil (Educadores não docentes), com todos os direitos que um profissional de educação (professor) tem;
- 78) Levantar a proposta de um encontro nacional de trabalhadores da educação – educação não docente. E fortalecer a sua participação no ENE.
- 79) Avançar nos debates estatuintes das IES sobre a Permissão aos TAES concorrer aos cargos de Reitor e Diretor;
- 80) Lutar pela RSC– reconhecimento de saberes e competências – para TAES ativos e aposentados;
- 81) Capacitação e qualificação em áreas genéricas, incluindo-se os MINTERS e DINTERS nacionais para todos os servidores independentes do setor em que desempenham suas funções;

- 82) Lutar para que os cursos de graduação, pós-graduação – lato e stricto sensu – sejam aceitos sem distinção para fins de qualificação RSC – reconhecimento de saberes e competências – independente de correlação de cargos e áreas para os técnicos administrativos;
- 83) Possibilitar a apresentação dos títulos independentes e/ou a qualquer tempo, isto é, sem precisar outros procedimentos e/ou lapso temporal para tal;
- 84) Lutar pelo pagamento de Adicional para trabalhadores que tem difícil lotação, afixação dos servidores em locais de difícil lotação;
- 85) Incluir os TAES das instituições militares no PCCTAE – Plano de Cargos e Carreira do Técnicos Administrativos;
- 86) Aplicar a aula atividade em sua integralidade, cumprindo a Lei do Piso no que se refere a jornada de 1/3 da carga horária dentro da jornada de trabalho docente;
- 87) Realizar campanha que denuncie o caráter de Educação para o Capital da BNCC;
- 88) Lutar contra o fim das formações específicas das licenciaturas das áreas comuns das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- 89) Promover a interiorização dos programas de pós-graduação em níveis lato e stricto sensu, devidamente qualificado, com condições de acesso e permanência e infraestrutura;
- 90) Combater o sucateamento e a superlotação das escolas da educação pública;
- 91) Lutar para barrar a PLP 257/2015 que ataca as carreiras, salários e fundos de previdência do serviço público. Com mobilizações a partir de locais e trabalho, debates com a comunidade, panfletagem, dia de luta rumo à construção de uma greve geral para barrar todas as retiradas de direitos;
- 92) Fortalecer os comitês locais para unificar as pautas das diferentes carreiras da educação pública e entre diferentes sindicatos e movimentos;
- 93) Lutar contra a meritocracia nos PCC's;
- 94) Lutar contra a avaliação de desempenho, punitiva, meritocrática, que responsabiliza e precariza o trabalho docente

95) Unificar a luta com os sindicatos da educação básica, intensificando a formação dos professores sobre a importância dos Planos de Cargos e Carreiras, abranger o debate sobre a educação a todas as categorias;

EIXO: FINANCIAMENTO

1. Promover atividade sobre o financiamento da educação;
2. Lutar pela autonomia escolar também no financiamento;
3. Acabar com abatimento do imposto de renda para a escola privada;
4. Usar a Lei da transparência;
5. Realizar a reforma tributária Progressiva;
6. Realizar a Auditoria do Sistema S;
7. Realizar Auditoria nas avaliações;
8. Aprofundar o debate Problematização sobre o indexador para o financiamento da educação (PIB, FUNDEB, CAQI);
9. Defender o Piso Salarial e da Previdência;
10. Lutar pela Auditoria da Dívida Pública com suspensão do pagamento;
11. Avançar no debate sobre uma reforma fiscal que considere, dentre outras coisas, a Taxação das grandes fortunas;
12. Lutar pelo fim da isenção de impostos para igrejas, empresas, latifúndios e clubes sociais;
13. Lutar para que o Dinheiro Público seja destinado exclusivamente para a educação pública;
14. Lutar pelo Fim das fundações de apoio;
15. Lutar pela retirada do financiamento público para Organizações Sociais, Fundações Empresariais e Organizações não sociais em qualquer atividade da escola pública;
16. Rechaçar o uso de rankings para categorizar instituições de ensino, desatrelando o financiamento desses dispositivos discriminatórios;
17. Repudiar as terceirizações e processos contínuos de privatização de serviços públicos;
18. Exigir maior fiscalização do Ministério do Trabalho e situações precárias de trabalho decorrentes de terceirizações ou privatizações em curso de educação básica e superior, exigindo, conseqüentemente a responsabilização de todos os agentes envolvidos nesse tipo de contratação (incluindo gestores públicos);
19. Defender um plano de financiamento elaborado pelos estudantes e trabalhadores da educação. Convocar um congresso de educação formado

por delegados de todo o país, eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para financiar integralmente o ensino único, público, gratuito em todos os níveis;

20. Exigir que cessem imediatamente os subsídios e o financiamento ao ensino privado. Que todas as dívidas dos estudantes sejam canceladas e montante pago devolvido; que todos os estudantes do PROUNI e FIES sejam transferidos para a rede pública, mediante expropriação da rede privada;
21. Exigir a aplicação integral e imediatamente os 10% do PIB para a educação;
22. Avançar na construção de pautas sobre o orçamento que possa construir a unidade entre as universidades estaduais e federais;
23. Lutar pela criação e discussão participativa do orçamento da educação e distribuição de todos os recursos financeiros para a educação pública;
24. Defender a necessidade de executar exclusivamente os 10% do PIB para a educação pública e garantir a ampliação desse percentual;
25. Reforçar a articulação dos entes federados e suas responsabilidades para garantir a educação em todos os níveis, de forma plena e qualitativamente referenciada com mecanismos democráticos de fiscalização;
26. Exigir que a lei de responsabilidade da educação seja efetivamente aplicada;
27. Ampliar o financiamento da educação pública comprometendo recursos dos ministérios da Cultura, de Minas e Energia, das Cidades, além do BNDES e bancos públicos brasileiros;
28. Lutar pela criação de Conselhos de Gestão Orçamentária com garantia de participação partidária (nas universidades);
29. Lutar pela valorização e financiamento de projetos que destaquem os saberes comunitários;
30. Lutar pelo fim do financiamento público na iniciativa privada;
31. Criar comissões para levantar e expor os dados concretos referentes às dívidas dos estados e municípios – articulada com os dados da Auditoria Cidadã, para fundamentar a luta pela defesa da educação pública de qualidade, socialmente referenciada;
32. Levantar dados sobre a terceirização em todo o país, condições de trabalho e outros processos de privatização divulgando tais dados;
33. Rechaçar dados oficiais dos orçamentos dos governos burgueses;

34. Decidir democraticamente e publicizar as aplicações do orçamento publico na defesa de um projeto de educação classista;
35. Definir um calendário de ações concretas que não restrinjam apenas a organização e o ENE;
36. Tornar o ENE um fórum permanente de lutas;
37. Repatriar os recursos desviados por corrupção e aplicá-los na educação pública.
38. Lutar pela garantia que o percentual do financiamento mínimo da educação pública incida sobre as receitas brutas da União, Estados e Municípios e não apenas sobre a Receita de Impostos
39. Questionar os mecanismos existentes dentro do aparato estatal como o PDE e sua real eficácia
40. Garantir o orçamento público para a efetivação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, sobre o ensino da cultura afrodescendente e indígena;
41. Lutar pela efetivação da auditoria cidadã da dívida pública para a suspensão de seu pagamento durante o processo desta
42. Intensificar estudos sobre os indicadores para o financiamento da educação pública estatal;
43. Lutar pela transferência de recursos públicos do PROUNI, FIES E PRONATEC para as instituições públicas e estatais e a transferência desses estudantes a partir da ampliação de vagas, estrutura física e humana sem que haja prejuízos àqueles que são dependentes desses programas;
44. Lutar pelo financiamento permanente da EJA;

EIXO: GESTÃO

1. Pensar a gestão democrática e participativa é um grande desafio para o movimento social da educação. Tanto pela noção deturpada de democracia, quanto pela cultura e não participação social efetiva nas políticas educacionais. Para construir uma gestão democrática é necessária a criação de espaços de participação real. (Instâncias, Audiências públicas, etc.), bem como o acesso a informação e demais condições objetivas para dar concretude a participação.
2. Tendo em vista a perspectiva de controle social exercido pela comunidade escolar/universitária e a comunidade externa, o caminho para efetivamente radicalizar mecanismo de democracia na educação parte da compreensão de que a gestão cumpre o papel do Estado, tanto para mediar e aplicar as decisões tidas pelo Governo, quanto para conter as mobilizações entre a comunidade escolar/universitária.
3. Nas instituições privadas, a lógica da relação compra x venda de serviços fragiliza ainda mais as possibilidades de uma gestão democrática, uma vez que é pautada diretamente pelas relações econômicas. Desta forma, lutar pela ruptura da lógica empresarial, pautada pela auto-organização da comunidade escolar/universitária que nos muna de articulação em defesa do acesso á educação de qualidade, é fundamental.
4. Fortalecer a unidade do movimento social da educação (Docentes, Estudantes, e Técnicos Administrativos), considerando as peculiaridades de cada segmento da escola/universidade/instituto, na compreensão da necessária luta por transparência e pela gestão democrática real.
5. Lutar pela autonomia didático-administrativa das instituições;
6. Lutar pela transferência real dos recursos financeiros das instituições, refletindo que hoje o Portal de Transparência é um mecanismo meramente de consulta e auditoria, uma vez que seu layout não contribui para o acesso da informação.
7. Formular mecanismos de gestão democrática popular para combater a evasão escolar, tendo em vista o fortalecimento da luta de qualidade de educação;
8. Lutar pela paridade real (33% para Estudantes, Técnicos administrativos e Docentes) nas instâncias de decisão;
9. Lutar por eleição direta, com sufrágio universal, para Reitor e Diretor.

10. Fortalecer a garantia da educação respaldada no acesso real ao tripé Ensino, Pesquisa e Extensão.
11. Fomentar a radicalização da democracia para a participação nos processos Estatuintes das instituições entre toda a comunidade escolar/universitária e comunidade externa.
12. O 2º Encontro Nacional de Educação defende uma gestão colegiada e plural das escolas públicas para radicalizar a democracia nos sistemas municipais, estaduais e federais de ensino.
13. Basta de autoritarismo. Que os profissionais de educação pais e alunos possam gerir a escola e garantir uma verdadeira autonomia político-pedagógico nas unidades escolares.
14. Lutar pela ampliação da organização estudantil politizada e livre - ENE divulgue e faça campanha para formar grêmios e DCE's livres
15. ENE divulgue e faça campanha de Repúdio a diretores, secretários e Reitores que fazem perseguições a alunos e impedem a democratização das instituições.
16. Construir e lutar por uma PEC que retire a proporcionalidade e permita a paridade na gestão das instituições de ensino.
17. Garantia da participação das comunidades escolares na construção não apenas dos PPPs, mas, dos planos de educação, garantindo as demandas dos movimentos e minorias sociais
18. Organização de um movimento regional de uma cultura de participação ativa, e efetiva para Consolidação da gestão democrática nas escolas e instituições de ensino superior.
19. Que essas coordenações organizem a construção de projetos de lei iniciativa popular de gestão democrática.
20. Avançar no debate e lutar contra o ponto eletrônico na educação;
21. Eleições para escolha dos dirigentes;
22. Lutar pela autonomia como autogoverno da comunidade universitária. Coloca-se pela destruição da burocracia universitária e constituição de um governo tripartite, de estudantes, professores e funcionários, subordinando a Assembleia Geral Universitária, com voto universal e mandatos revogáveis.
23. Promover uma campanha permanente contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais. Trabalhar pela constituição de Comitês Locais,

Estaduais e Nacionais contra a repressão, lutando pelo fim dos processos políticos dentro e fora das universidades, readmissão de sindicalistas demitidos e expulsão da PM das instituições de ensino superior

24. Lutar pela mais completa liberdade de ensino científico, de crítica e de manifestação e organização políticas. Nenhuma interferência do Estado, das igrejas e do empresariado nos planos, conteúdos e métodos de ensino.
25. Defender a liberdade de organização, expressão e greve de professores e estudantes tanto da educação básica quanto de ensino superior.
26. Pela soberania da Assembleia Escolar e livre reunião da comunidade escolar para discutir e decidir sobre os problemas que afetam a educação.
27. Direito dos estudantes à organização de grêmios livres, democráticos e combativos.
28. Ampliar e disseminar as discussões sobre as formas de eleição de gestores na Educação Básica.
29. Garantir que os processos de consulta que ocorrem no ensino superior público sejam pelo modo direto e igualitário e com o mesmo peso para todos os indivíduos;
30. Não incluir critérios, a priori, para as candidaturas dos gestores da Educação Básica e Universitária;
31. Promover Fóruns regionais de discussão com a sociedade sobre a autonomia de todas as instituições públicas de ensino, esclarecendo as consequências da terceirização, da dívida pública e da privatização da educação nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
32. Identificar diferentes formatos que pautam os processos eleitorais dos municípios, considerando que a eleição é essencial para a efetivação da gestão democrática;
33. Identificar o formato das eleições para reitores e diretores nas universidades estaduais do Paraná; fim das indicações para os gestores.

EIXO GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

1. Criar seminários interdisciplinares entre professores e estudantes;
2. Promover o debate de implementação da “Ciranda infantil”;
3. Manter e ampliar as instituições de ensino de educação do campo, considerando também as comunidades pesqueiras (pesca artesanal);
4. Lutas por políticas de combate ao racismo e LGBTfobia nas escolas;
5. Garantir a permanência de negros na escola;
6. Incentivar políticas de acesso, permanência e saída (conclusão do curso) nas instituições de educação superior;
7. Aprofundar as questões da escravidão de indígenas e negros, por meio das disciplinas escolares, especialmente a história;
8. Implementar estratégias inclusivas para as TRANS
9. Manter e ampliar as instituições de ensino de Educação do campo/comunidade pesqueiras;
10. Garantir o atendimento as demandas de educação do campo/comunidade pesqueiras, especificamente as demandas de Abertura de turmas de Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos;
11. Garantir o acesso e a permanência aos alunos cotistas
12. Garantir as estruturas mínimas das instituições de ensino;
13. Lutar por políticas de combate aos preconceitos dentro das instituições de ensino;
14. Garantir a permanência de negras e negras na escola, combatendo ações racistas;
15. Lutar pela implantação da Lei 10.639/2003;
16. Lutar por atividades de formação e troca de experiências de Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e questões étnico raciais para os profissionais de educação e universitários;
17. Lutar pela aprovação do Nome social: é preciso construir uma equipe de trabalhadores da educação o respeito a essas medidas;
18. Exigir que os grandes meios de comunicação (Rádio, TV e impressos), criem espaços de discussão sobre temas de gênero, sexualidade, orientação sexual e étnico-raciais.

19. Fortalecer os coletivos no combate às opressões (machismo, racismo e LGBTfobia nas escolas e nas instituições de educação superior
20. Lutar para que não haja constrangimento nem desigualdades no tratamento aos cotistas;
21. Lutar pela implementação de medidas que combatam ao assédio moral, sexual e étnico-racial;
22. Avançar no debate sobre a imediata aplicação das cotas proporcionais à população negra de acordo com o censo de cada estado;
23. Lutar pela criação de organismos, com membros eleitos pela comunidade, nos espaços públicos para receber e dar encaminhamentos às denúncias de assédio, preconceito, abuso e opressões sofridas;
24. Reafirmar a importância da universalização do acesso, da aplicação de assistência de políticas afirmativas para o estímulo à produção do conhecimento entre setores historicamente oprimidos como negras, negros, indígenas, mulheres, LGBT's e pessoas com necessidades educacionais especiais;
25. Garantir a equidade de gênero; Lutar pela garantia de recursos para o NEABIS – NÚCLEOS DE Estados Afroliterários e Indígenas;
26. Construir uma campanha da escola sem racismo, machismo e LGBTfobia, com coordenações nos estados e formato de campanha pelos 10% do PIB, com material direcionado;
27. Lutar pelo desarquivamento e aprovação do PL 122 que transforma a LGBTfobia em crime.
28. Que o próximo encontro Nacional de Educação crie espaços separado para as temáticas gênero, sexualidade-orientação sexual, e relação étnico-raciais para que tais temas sejam trabalhados de forma separada e em profundidade, compreendendo sua complexidade e importância;
29. Garantir espaços de discussão separados para o debate dos temas propostos para este GT, respeitando suas especificidades, mas manter também o espaço unificado que se debater o conjunto das opressões;
30. Garantir cotas para pessoas com deficiência nas graduações e pós-graduações lato e strito sensu;
31. Garantir de forma efetiva as cotas nos concursos públicos e seguir as recomendações de acordo com a lista específica;

32. Lutar pela implementação da política de cotas na USP;
33. Defender a criação de centros de referência LGBT nas universidades como instrumento de combate à LGBT fobia nos espaços universitários. E dar suporte aos alunos vitimizados como acolhimento em moradias estudantis e apoio psicológico;
34. Estabelecer uma campanha unificada de enfrentamento ao “movimento escola sem partido”. E enfrentar os Planos de Educação estaduais e municipais que estão sendo apresentados pelas bancas reacionárias em várias cidades do país, principalmente no que diz respeito às questões de gênero;
35. Incentivar e fortalecer os movimentos sociais populares nas ações ligadas à educação. Difundir nos saraus e cursinhos populares reconhecendo esses espaços como de resistência e enfrentamento às opressões;
36. Avançar no debate sobre a criação de um dia nacional de luta contra todas as formas de opressão em julho;
37. Promover encontros temáticos regionais sobre as temáticas do GT;
38. Lutar para que as universidades criem espaços de formação de professores e profissionais em geral que abordem as questões de gênero, promovendo assim a formação também dos atuais profissionais de educação;
39. Exigir que as delegacias da mulher funcionem 24h e que as mulheres vítimas sejam atendidas por mulheres;
40. Lutar pela garantia do uso do nome social em todas as escolas e instituições de educação superior nos casos das alunas e alunos trans;
41. Lutar por uma educação básica que não reforce padrões e estereótipos de gênero, que não promova divisões de gênero;
42. Lutar por uma escola que garanta representatividade de negras e negros, abrangendo a sua história, arte, cultura, etc.;
43. Lutar por um currículo que exponha alunas e alunos à história a partir do ponto de vista das populações negra e indígena;
44. Lutar por uma escola básica que não pratique formas de opressão, e que acolha e apure com seriedade qualquer denúncia de opressão sofrida pelos alunos no espaço escolar;
45. Lutar pela liberdade de expressão de professores e alunos em sala de aula;

46. Avançar no debate sobre a Criação de espaços nas escolas para orientação e discussão das questões sociais emergentes como desemprego, violência e outras;
47. Exigir que os meios de comunicação respeitem os direitos humanos, em especial a criança, adolescente, negros, negras e LGBTQs. Garantir espaços de discussão acerca do tema desses grupos e que os produtos gerados sejam disponibilizados para as instituições de ensino.
48. Lutar pelo fim da terceirização que precariza o trabalho e submete as mulheres trabalhadoras à condição mais elevada de opressões machistas, racistas e homofóbicas.
49. Lutar pela implementação de políticas de combate ao assédio moral, sexual, e étnico-racial.
50. Incluir na política de acesso, permanência e êxito, além das cotas já estabelecidas na lei, apoio à LGBTQ, em especial às pessoas Trans. Além de aplicar cotas proporcionais à população negra conforme o censo de cada estado. Garantindo assim a universalização do acesso, e a assistência estudantil.
51. Lutar pela criação de organismos, com membros eleitos pela comunidade, nos espaços públicos para receber e dar encaminhamentos às denúncias de assédio, preconceito, abuso, e opressões sofridas.
52. Exigir a escrita com diferenciação de gênero nos documentos de movimentos sindicais, estudantis e sociais, utilizando “o/a” ou o(a)” ou “@” ou “x” . Exemplos: o/a outro/a; o (a) outro (a); @ outr@; X outrX.
53. Prever verba orçamentária junto à câmara de vereadores/as as assembleias legislativas, para garantir a formação continuada dos/as trabalhadores/as em educação do tema: Gênero, sexualidade, orientação sexual, e questões étnico-raciais.
54. Criar uma comissão representativa das entidades presentes no ENE para encaminhar a construção dos materiais de estudos propostos por este GT.
55. Construir materiais (cartinhas, textos, panfletos, folders, cursos, palestras, vídeos, sites, podcast) sobre gênero, sexualidade, orientação sexual, e questões étnico-raciais, para o sindicato, entidades estudantis, movimentos sociais, para serem trabalhados em formação em nível local, regional e nacional; criação também de espaços de formação para grupos. Os materiais

devem contemplar as especificidades locais, aspectos culturais, sociais e posicionamentos claros de suas entidades proponentes.

56. Construir materiais sobre violência em todas as formas, trabalhar com conselhos tutelares, escolas, clubes de mães, associação de bairro, além da escola e dos movimentos estudantis, sindicais e sociais.
57. Luta pela defesa do estado laico.
58. Promover a discussão dos temas matrizes curriculares dos cursos na perspectiva dos direitos humanos.
59. Retomar imediatamente o programa de Bolsa permanência, priorizando indígenas e quilombolas.
60. Garantir recursos específicos para os Núcleos de estudos afro-brasileiros e indígenas, Núcleos de gênero de sexualidade, Núcleo de atendimento á pessoas com deficiência.
61. Garantir a presença de homens nos grupos de estudo e de formação temática, gênero, sexualidade, orientação sexual e questões étnico-raciais.
62. Lutar pela formação e produção de materiais sobre Direitos Humanos e Educação inclusiva.
63. Lutar pela criação de um site com amplo leque de material de formação (repositório): vídeos, podcasts, áudios, power points, prezi, mídias em geral (com acessibilidade universal). Onde seja material de consulta e de depósito de experiências realizadas.
64. Promover a venda de material (camisetas, bolsas, batons, canecas, etc), através do site, na temática gênero, sexualidade, orientação sexual, e questões étnico-racial, a fim de que subsidiar campanhas e publicações.
65. Lutar para que os cursos superiores pautem concretamente a temática gênero, sexualidade, orientação sexual, questões étnico-raciais, não trabalhando somente na disciplina de direitos humanos ou educação inclusiva, mas de forma interdisciplinar;
66. Lutar contra a escola sem partido, contra o racismo, o machismo e LGBTfobia;
67. Lutar contra a lei da “mordaça”, Pela liberdade de expressão (este movimento seria como aconteceu o movimento dos 10% do PIB para a educação- uma ideia constante que sempre aparecia em todos os eventos de educação, com um logo único para marcar)

PROPOSTAS DE ORGANIZAÇÃO E AGENDA DE LUTAS

- 1) Intensificar a radicalização dos processos de resistência da educação, em especial as ocupações nas escolas, com horizonte de GREVE GERAL na educação. Apoiar a adesão de trabalhadores e trabalhadoras da educação na construção de greve geral da classe.
- 2) Construir a Greve Nacional no setor da educação pública unificada;
- 3) Criar um comitê estadual em defesa da escola pública estatal;
- 4) Construir um dia de paralisação e luta dos (as) trabalhadores(as) e estudantes em defesa da escola pública e contra o PL 257/2015, e contra as parcerias público-privadas e o projeto escola sem partido;
- 5) Construir junto aos sindicatos, comunidades, movimentos estudantis e profissionais de educação, encontros estudantis de educação infantil, para discutir especificidades das creches e pré-escolas, bem como as condições de trabalho dos profissionais de educação infantil.
- 6) Desencadear o debate nas entidades sobre os eixos do ENE;
- 7) Transformar o Comitê Nacional dos 10% do PIB para a Educação Já, para uma coordenação nacional em defesa da educação pública e gratuita, com as respectivas coordenações estaduais e municipais;
- 8) Construir, pela base, no prazo de até 1mês “Dia de greve nacional da educação”, de forma a constituir comitês, coordenações nos municípios e estados para construir a luta proposta no ENE e o “Dia de luta”
- 9) Atualizar o PNE da sociedade brasileira (1987), com a formulação de princípios e diretrizes que orientam, respeitando a liberdade e a autonomia, instrumentalizando a construção de currículos no espaço da diversidade e riqueza geográfica;
- 10) Avançar na construção de um Fórum Permanente em Defesa da educação pública que reúna entidades sindicais, estudantis, científicas, profissionais, movimentos populares e demais setores que disponham a lutar pela educação pública, popular, gratuita, de qualidade, democrática e laica;
- 11) Aprofundar e avançar no debate sobre a realização de um Encontro Nacional da classe Trabalhadora (ENCLAT), no primeiro semestre do ano de 2017, com a participação de Centrais sindicais, Sindicatos, Movimentos sociais e populares do campo classista.

- 12) Realizar atos de mobilização: contra o programa escola sem partido, PL 257, contra o BNCC;
- 13) Construir um calendário de greve unificada nacional junto com todas as frentes de esquerda do país;
- 14) Lutar Para barrar os ataques à educação pública, às privatizações e o avanço de direita é necessário criar um panorama de unidade de toda a classe trabalhadora, e para isso o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT/2017), se mostra como mediação tática e fundamental;
- 15) Lutar Pela criação de um Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, que articule o movimento social da educação no estado, pautado pelo diálogo e construção de caráter constante, a fim de travar lutas em defesa da Educação pública, gratuita, de qualidade, laica, autônoma e socialmente referenciada;
- 16) Lutar para Que as entidades e forças político-sociais do ENE formem coordenações municipais e estaduais para encaminhar os acordos e orientações tiradas no Encontro. Que essas coordenações façam mobilizações de luta e debates nas bases das instituições educacionais contra os ataques que estamos sofrendo (privatizações, OS's, militarização, avaliações ranqueadoras, ingerência nas entidades estudantis e sindicais). Que essas coordenações continuem a campanha pelos 10% do PIB, nacional, estaduais, e municipais e outras formas e leis de financiamento da educação.
- 17) Construir aCriação do encontro nacional da classe trabalhadora;
- 18) construir comitês estaduais e municipais em defesa da Educação pública , para dar seqüência às lutas por uma Educação Pública, gratuita, democrática, de qualidade e
- 19) Fortalecer a perspectiva de “unidade na luta” para além das divergências, rotulações, classificações, com preocupações como a precarização e a terceirização da Educação como uma das bandeiras. Formação de um sindicato dos trabalhadores da Educação com uma única concepção de luta, deixar a fragmentação ideológica de lado e pensar numa mobilização com a reativação dos fóruns dos servidores públicos (em nível federal,

estadual e municipal; Fazer campanhas de conscientização das entidades sindicais visando o fortalecimento das lutas;

- 20) Organizar uma semana nacional (unificada) em defesa da Educação pública, com um dia de paralisação nacional unificada em preparação para a greve nacional da Educação; como ponto de pauta a Luta unificada entre Sinasefe/Andes contra a proliferação do PROIFES e sua política conciliadora com os ataques do PT até o governo atual
- 21) Participar da Construção da Greve Geral da Educação unificando todos os estados e suas redes de ensino federal, estadual e municipal; com pautas sobre: mercantilização, a privatização e a precarização da Educação brasileira; Pela unidade de todas as categorias dos trabalhadores da educação e em defesa de um projeto de educação emancipadora e popular; com indicativo para setembro de 2016;
- 22) Construir um texto-denúncia a respeito das formulações que sustentam a privatização da educação (Elaborar cartilhas e materiais de publicidade denunciando o “Todos pela Educação” e todas as instituições empresariais, inclusive aquelas ligadas ao capital financeiro que compõe este organismo “Compromisso Todos pela Educação”);
- 23) Construir uma agenda de unificação da categoria dos “trabalhadores da educação” (carreira única, salário unificado); apresentar esta proposta para discussão, na ocasião da realização do III Encontro Nacional de Educação;

RELATÓRIOS DOS ENCONTROS PREPARATÓRIOS NOS ESTADOS

Relatoria da Etapa Estadual do II ENE no Ceará

Como parte da programação da Etapa Ceará do II Encontro Nacional de Educação (ENE), a tarde do dia 8 de junho foi destinada aos Grupos de Trabalho sobre os eixos do encontro. Inicialmente, estavam previstos os seguintes pontos: 1) Gestão; 2) Financiamento; 3) Avaliação; 4) Trabalho e formação dos trabalhadores da educação; 5) Acesso e permanência; 6) Gênero, sexualidade e orientação sexual; e 7) Questões étnico-raciais. No entanto, dada a quantidade de participantes presentes (em torno de vinte), optou-se pela realização de um único grupo. Como metodologia, foi proposta a leitura, da cartilha intitulada “Em defesa da educação pública, gratuita e dos 10% do PIB para a educação pública já!”, ponto a ponto, e foram apresentados os encaminhamentos contidos nos anais da primeira edição do encontro.

Antes de iniciar as discussões foram esclarecidos alguns pontos: 1. Os eixos discutidos no I ENE e que serão discutidos II ENE foram alterados, alguns foram aglutinados e outros diante das complexidades apresentadas e da conjuntura atual foram acrescentados; 2. Outro esclarecimento dizia a respeito da questão de acessibilidade que não era um eixo específico mas que encontra-se inserido no Eixo de Acesso e Permanência.

Após os esclarecimentos deu-se início a leitura dos documentos norteadores da discussão do **Eixo 1 – Acesso e Permanência**. As principais propostas sugeridas no debate foram:

- Criação de uma Política Nacional de Acesso e Permanência;
- Lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade;
- Que sejam contempladas as necessidades educacionais específicas, considerando que esse termo é mais completo e que engloba não só pessoas com deficiência como também pessoas com transtornos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação;
- Realização de concursos públicos que supra a carência de vagas apresentadas pelas instituições que ofereçam educação pública, gratuita e de qualidade, em qualquer um dos níveis e modalidades do ensino;

- Educação infantil na rede pública, gratuita e de qualidade de ensino para todas as crianças;
- Que as Instituições de Ensino Superior desenvolvam programas que objetivem a formação dos estudantes que extrapolaram o período regular;
- Desenvolvimento de núcleos multiprofissionais de acompanhamento das escolas e Instituições de Ensino Superior públicas e gratuitas.
- Garantia de restaurantes universitários/acadêmicos e residências universitárias nas cidades das IES públicas para estudantes dessas IES.
- Garantia por parte do Governo Federal o aumento do valor por estudante, com um percentual de 100% do atualmente pago pelo PNAE, que corresponde a melhoria nutricional da merenda escolar distribuída nas escolas de educação básica para a rede de ensino pública e gratuita;
- Garantia e Ampliação das Escolas do Campo e do PRONERA, nos âmbitos de ensino médio e superior, respectivamente, a fim de atender as necessidades do povo do campo e ampliar os níveis de escolarização formal dos/as trabalhadores/as, jovens e mulheres camponeses/as assentados/as.

Durante o debate foi apontada uma contradição originária do I ENE existente entre a defesa da educação pública e gratuita e a reivindicação de políticas de assistência e permanência para estudantes da rede privada.

Para o debate do **Eixo 2 – Avaliação** procedeu-se novamente a leitura dos documentos norteadores e ao se dá início ao debate foi realizado um questionamento sobre a metodologia e se não iria serem feitas novas propostas saindo da leitura dos anais do I ENE. Foi esclarecido que a leitura era pra embasar as discussões e também passar para conhecimento de todos os pontos discutidos. Esclarecida a dúvida foram feitas as propostas:

- Reformulação da Política Nacional de Avaliação, para fins de diagnóstico e reorientação das ações no âmbito do sistema de ensino;
- Construção, pela comunidade de cada Instituição, de uma matriz com indicadores com vistas à avaliação institucional e pedagógica;
- Fim do sistema nacional de avaliação padronizado com teor punitivo, competitivo e meritocrático;
- Que a avaliação das instituições fiquem a cargo da comunidade universitária;

- Política institucional como diagnóstico para fortalecimento de indicadores frágeis das instituições constando uma matriz com indicadores definidos pela comunidade da instituição;
- Que a avaliação possa ser pensada de modo a contribuir para a construção da emancipação dos sujeitos e das Instituições;
- Que a avaliação possa contemplar as necessidades educacionais específicas.

A discussão seguinte foi sobre o Eixo Democratização (assim nomeado no I ENE e que no II ENE será contemplada no **Eixo 3 – Gestão**. As propostas foram:

- Reivindicar a paridade em conselhos deliberativos e pleitos eleitorais;
- Fim da lista tríplice;
- Autonomia das Instituições;
- Repúdio a qualquer forma de cerceamento à liberdade de expressão dentro das Instituições de Ensino, em especial a Escola Sem Partido, respeitando a diversidade;
- Garantia de gestões participativas nos órgãos colegiados;
- Pela desmilitarização das escolas;
- Eleição direta para pró-reitores;
- Eleição direta para gestor na educação básica;
- Que a segurança das escolas seja debatida com a comunidade.

Diante das propostas apresentadas foram feitos alguns esclarecimentos: 1. De acordo com o Artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está prevista a proporção de 75% (docentes), 15% (técnico-administrativos) e 15% (discente) para composição dos órgãos colegiados das Instituições. Contudo, a Constituição Federal prevê autonomia às Instituições para definição dessa proporção. Hoje as instituições adotam em sua maioria a proporcionalidade e é sabido que uma instituição adota o voto universal; 2. Sobre a proposta da gestão participativa deve-se priorizar uma gestão democrática que garanta a participação da comunidade em contraponto a gestão empresarial e gerencialista.

Eixo - Trabalho e formação dos (as) trabalhadores (as) da educação

A formação dos profissionais de educação merece mais atenção e investimentos massivos para que se tenha maior qualificação do ponto de vista da humanização e baseado na vida social do educando. Busca-se, então, associar o conteúdo apresentado na escola ao cotidiano do aluno para contribuir no aprendizado e na sua formação sócio-política.

- Reservar e/ou o número de vagas para cursos de licenciatura nas IES;
- Incentivar os estudantes com a ampliação do número de bolsas para que se mantenha na graduação e possa desenvolver atividades acadêmicas voltadas a prática do ensino não somente na própria IES, mas em instituições parceiras da educação básica;
- Repúdio à Base Nacional Curricular Comum - BNCC;
- Contrapor-se a perspectiva fundamentalista neopentecostal que reivindica a inclusão na BNCC de conteúdos que ensinam o criacionismo, bem como a obrigatoriedade da presença da bíblia nas escolas;
- Combater qualquer forma de manifestação de assédio moral nas relações de trabalho docente;
- Elaborar política de formação continuada de professores para educação básica, referendada em matriz de cunho humanista e que convirja para a formação humana omnilateral;
- Desenvolver uma política de combate ao produtivismo no trabalho docente e de uma plataforma lattes mais humanizada;
- Fazer levantamento e sistematizar dados sobre a saúde docente nos últimos dez anos.

Diante do tempo exíguo para a continuidade das discussões fez-se necessário a escolha de um último eixo e que portanto não seria possível contemplar todos os eixos. Após debate de propostas seguido de votação optou-se por discutir os **Eixos: Gênero, sexualidade, orientação sexual e Questões étnico-raciais**, justificando que são eixos novos e que necessitam de uma atenção diante do contexto atual. Foram sugeridas as propostas citadas abaixo:

- Equidade de gênero nos espaços de gestão e conselhos;
- Defesa do Estado Laico;

- Repúdio às novas diretrizes curriculares;
- Unidade entre luta específica e luta geral;
- Garantia do debate desses temas na matriz curricular na perspectiva dos direitos humanos;
- Retomada da Bolsa Permanência, com prioridade para indígenas e quilombolas;
- Que seja destinado recurso específico para trabalhar as questões étnico-raciais;
- Que o projeto de educação seja referenciado nos territórios e nas culturas;
- Rechaçar no âmbito da União, Estados e Municípios os PLs que querem instituir "a escola sem partido", com a máscara da antidoutrinação, mas que nega essencialmente a liberdade de expressão, o cultivo à pluralidade de ideias e castra dos debates escolares temas referentes ao gênero, à orientação sexual e, principalmente, a liberdade de pensar.

Os eixos relativos a financiamento e Trabalho e Formação dos/as Trabalhadores da Educação não puderam ser debatidos porém uma proposta foi feita e ficou deliberado que através do grupo dos e-mails até segunda feira (13.06) os participantes poderiam apresentar sugestões após a socialização do relatório. E um responsável compilaria as sugestões para serem apresentadas como propostas do Ceará.

Relatoria da Etapa Estadual do II ENE no Piauí

Acesso e Permanência

Durante a discussão foram debatidas as diversas problemáticas que trabalhadores da educação de discentes enfrentam para se manterem nas instituições de ensino (IE's): o baixo piso salarial da categoria, a falta de creches para as mães trabalhadoras e para as estudantes nas universidades, os gastos com a dívida pública, as bolsas insuficientes e problemas com o custeio dos Restaurantes Universitários.

Também se relembrou o caso do Programa de Reforma Universitária – REUNI, apontado como um dos projetos que causou grande precarização do trabalho e da estrutura das universidades e foi apontada a necessidade de se pensar e elaborar mais sobre a educação inclusiva, voltada para pessoas com deficiências.

Financiamento e Gestão

A discussão sobre Financiamento e Gestão na educação iniciou-se pautando o processo de privatização do ensino público, destacando que o problema de financiamento agrava todos os outros problemas abordados nos demais eixos, abordando-se então a participação de OS's e de outras empresas nas IE's, até a elaboração de PEC's e PL's visando efetivar um processo de privatização direto, como o de pagamento da pós-graduação lato sensu e de mensalidade nas graduações em instituições de ensino superior públicas. Apontou-se o período de vigência do PNE 2001/2011 como um momento de precarização das IE's públicas e crescimento exacerbado das instituições privadas, tendo como resultado índices como o de 75% das graduações em IE's privadas. Notou-se também a atual legitimação da transferência de dinheiro público para o meio privado através do FIES, ProUni, Pronatec, EaD, dentre outros, seguindo a linha mercadológica pautada pelo capital na educação, o fim do FUNDEB e FUNDEF permitindo as parcerias com OS's, o financiamento do BNDES nas IES privadas e desoneração fiscal.

Dentre as soluções apresentadas para as questões de financiamento da educação, destacaram-se a luta para a efetivação da aplicação de 10% do PIB para a educação pública, para que esta continue pública, gratuita e de qualidade, e o

cancelamento da dívida pública ilegal, através da auditoria cidadã, garantindo assim os recursos necessários para a educação.

Quanto a gestão da educação, destacou-se a necessidade do debate “Democracia X Mercado”, em defesa de um projeto classista para a educação. Ataques à independência pedagógica se apresentam, como o projeto “escola sem partido”, e precisam ser combatidos. A democracia de gestão das IE’s deve ser pautada em diversas frentes, incluindo a necessidade de eleições diretas, fim dos organismos de fiscalização e controle para trazer maior autonomia. As gestões não possuem transparência, não se há conhecimento de como os recursos são geridos pelas IE’s.

Notou-se um atraso no Mov. De Educação em apresentar um programa concreto de ensino, e destacou-se a necessidade de elaborar uma plataforma nacional de lutas, organizando um terceiro campo, e também construir atos no dia 16/06 nos estados, em defesa dos trabalhadores/as da educação.

Gênero, Sexualidade e questões Étnico-Raciais

A discussão sobre as questões de gênero e sexualidade foram debatidas a partir de uma visão geral, onde ela se integra aos demais eixos programáticos. As primeiras elaborações em nível da união começaram por meio da antiga secretaria de mulheres, em 2006, com uma proposta de iniciar esse debate no nível superior de ensino. Conforme o passar do tempo, o governo acabou protelando essa pauta, em nome de mais “governabilidade”, ampliando o avanço de setores e pautas conservadoras na sociedade, refletida em Teresina por meio do projeto de lei municipal que visava proibir qualquer debate sobre gênero nas escolas da rede municipal – projeto esse que, com muita luta, foi arquivado – e outras aberrações como a obrigatoriedade da “reza do painosso” e o projeto “escola sem partido”, que caminham em outras instâncias, mas ainda representam risco a educação. Também foi lembrado que na primeira edição do ENE essas questões não foram colocadas como eixos do evento, o que hoje está sendo corrigido.

Foi lembrado também os ataques que foram promovidos durante os últimos anos a comunidade LGBT pelo próprio governo federal como os vetos ao kit anti-homofobia e o PL122 (que criminalizava a homofobia), a “Carta ao povo de Deus” durante a campanha de Dilma Rousseff-PT, encobertos pelo caráter de cooptação

dos movimentos ligados a este e pela bancada conservadora do congresso nacional.

No debate étnico-racial se pautou muito o assenso negro das mobilizações e o caráter racial dentro das IE's. Enquanto que no Piauí, como o quinto estado com maior concentração de pretas e pretos do Brasil, e no restante do país, a grande maioria dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental são pretos, no ensino médio e, principalmente, no superior a relação se inverte. Isso ocorre devido a diversos pontos como, por exemplo, a falta de políticas para acesso e permanência e por uma política de cotas ainda ineficaz em todos os níveis. Isso explica as altas taxas de evasão escolar e, em casos extremos, quem são os que mais morrem nas escolas e universidades vítimas de violência ou por suicídio.

Encaminha-se pelos debates a reafirmação das cotas raciais, em separado das cotas sociais, a necessidade da discussão de gênero nas deliberações do II ENE e nas discussões em sala. A necessidade de enegrecer as IE's, pensar políticas de inclusão como pré-vestibulares para pessoas transgênero e a necessidade de uma nova forma de educação.

Avaliação, Trabalho e Formação dos/as trabalhadores da educação

Os eixos de avaliação, trabalho e formação dos/as trabalhadores da educação trouxeram debates a respeito dos problemas enfrentados no que diz respeito às lutas protagonizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras em busca de autonomia pedagógica e contra a precarização docente. Denunciou-se o pouco tempo e incentivo para a formação de docentes, a formação precarizada dentro das IE's, a inexistência de política de formação e incentivo para os novos docentes, que são postos nas piores condições com a menor experiência, a gestão que dispersa os docentes com sobrecarga de atividades com base no mito da "meritocracia", ou seja, uma carga horária exaustiva, além da baixa remuneração e péssimas condições de trabalho, dentre outros. Ponto bastante criticado foi a Base Curricular Comum, que busca homogeneizar as bases curriculares a nível nacional, precarizando o ensino e inviabilizando a construção de uma educação que se adeque a realidades específicas locais e que avance em suas discussões mais pertinentes. Pontuou-se também o recorte de gênero quando se trata das posições dentro da docência: dentro das universidades há uma predominância de docentes homens, e na educação básica há uma predominância de docentes mulheres.

Suscitou-se a necessidade de repensar o projeto de educação desde os uniformes até o uso de banheiros, criticando o esvaziamento de conteúdos políticos e de diversidade na formação.

Abordou-se a questão das avaliações institucionais como forma de desmontar o ensino, considerando que as IEs que mais precisam de apoio institucional são as que menos recebem, então pontua-se a problemática: como avaliar algo com base em critérios postos pelas mesmas pessoas responsáveis pelo desmonte e precarização da educação? As avaliações retiram até mesmo a garantia de progressão na vida docente, e contribuem para os casos de doenças entre os docentes e os casos de suicídio entre estudantes.

Destaca-se como pauta a luta contra a base curricular comum no PNE em vigência, a busca por uma avaliação docente em conjunto das avaliações institucionais, para que assim seja possível avaliar em que condições institucionais o professor realizou seu trabalho, e a mobilização necessária do conjunto de docentes para que estes se organizem para as lutas em defesa da educação pública de qualidade.

Relatoria da Etapa Estadual do II ENE na Paraíba

Na manhã do dia 21 de maio com 105 estudantes, docentes e servidores das redes públicas municipais, estadual e federal de educação do estado da Paraíba se reuniram no Campus de Campina Grande da UFPB para o Encontro Paraibano de Educação promovido e organizado pelo Comitê Estadual em Defesa da Educação Pública.

Na Plenária de Abertura, à mesa Gisella Colares – Auditoria Cidadã da Dívida/DF (ACD/DF), Néelson Aleixo Jr - ADUEPB, Amilton Leitão - Coletivo Oposição SINTEP e Daniele Silva - Corrente Proletária Estudantil, sob coordenação de Antônio Gomes – ADUFCG e secretariada por Cristine Hirsch – CORDEL/UFPB, após aprovação do Regimento do Encontro, aconteceu a palestra “**O Sistema da Dívida e a precarização da Educação**”, ministrada pela Economista da ACD-DF, Gisella Colares.

Em seguida, falaram os demais membros da mesa e doze inscritos a partir da plenária representando todos os segmentos ali presentes. A preocupação com a crise política e econômica, com seus reflexos na educação, foi o tom de todas as falas, além da necessidade de estarmos bem informados e unidos para defendermos a educação pública de qualidade.

Na parte da tarde, 85 pessoas participaram dos GT (**GT1/2 Gestão e Financiamento** – 19 participantes; **GT3/4 Formação e Trabalho Docente e Avaliação** – 23 participantes; **GT5 Acesso e Permanência** – 18 participantes; e **GT6 Sexualidade, Gênero e Questões Etnicorraciais**). O trabalho nos grupos foi bastante produtivo tendo sido aprovadas e encaminhadas para a Plenária de Encerramento um total de 70 propostas de resolução, além de outras não apreciadas, e cinco moções.

A Plenária de Encerramento teve Néelson Aleixo Jr – ADUEPB, Graça Baptista – UFPB e Cristine Hirsch – CORDEL/UFPB coordenando os trabalhos. Após apresentação cultural da nação Potiguara, contribuíram com a Plenária de Encerramento cerca de 35 participantes do EPE 2016 e foram apreciadas e aprovadas 65 propostas de resolução (Relatório em anexo) e cinco moções (Relatório em anexo) apresentadas.

Agora é hora de nos organizarmos para participar do **II Encontro Nacional de Educação** e levar nossa contribuição. O II ENE acontecerá em junho, em Brasília e as inscrições se encerram no próximo dia 30/05, próxima segunda!

Contra a Dívida Pública! Contra o Ajuste Fiscal!

Juntos por um projeto classista e democrático de educação.

Juntos, em defesa da Educação Pública!

Secretaria do EPE 2016

Campina Grande, 21 de maio de 2016.

Relatoria da Etapa Estadual do II ENE em Goiás

Aos 4 dias do mês de junho de 2016 realizou-se no miniauditório da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) das 9h00min às 18h00min a etapa estadual de preparação para o II Encontro Nacional de Educação (ENE).

Parte da Manhã

Na parte da manhã, a mesa e a plenária dialogaram e expuseram suas avaliações e análises sobre a conjuntura política nacional e internacional. Os membros presentes abordaram os aspectos políticos e históricos da organização e luta dos trabalhadores e estudantes. Buscaram estabelecer uma análise crítica das políticas de conciliação de classe implementadas pelos governos Lula-Dilma (PT). Discutiram os aspectos inerentes e os desdobramentos do processo de impedimento de Dilma Rousseff (PT) e os efeitos nocivos da continuação e aceleração das políticas neoliberais agora pelo governo interino de Michel Temer (PMDB). E por fim, debateram qual o papel das esquerdas em suas variadas formas de organização e atuação frente à intensificação dos retrocessos que pesam aos direitos humanos, dos trabalhadores, saúde, meio ambiente, cultura, ciência e tecnologia e educação pública.

Síntese dos debates e histórico da conjuntura política apresentada:

A intensificação da crise do capitalismo leva as nações imperialistas lideradas pelos Estados Unidos da América a radicalizar a intervenção na América Latina criando mecanismos de desestabilização de governos que potencialmente representam obstáculos na implementação das políticas neoliberais.

No Brasil, o governo de Dilma Rousseff (PT) adentrou o segundo mandato em 2015 após uma vitória apertada contra Aécio Neves (PSDB) que representa claramente os interesses de um projeto imperialista e conservador.

Dilma Rousseff (PT), por sua vez, dá seguimento na agenda neoliberal ignorando a plataforma vencedora das urnas, mantendo os programas sociais como bandeira de sustentação popular do governo. As políticas advindas ampliavam os cortes na educação pública, sinalizavam para a criminalização dos movimentos sociais, ataques aos direitos dos trabalhadores, entre outros retrocessos. As concessões se mantinham com as grandes obras e eventos do interesse do capital

internacional, a manutenção da rolagem e não revisão da dívida pública, as iniciativas de avanço nos processos de privatização, os recursos da educação para iniciativa privada, o perdão de dívidas bilionárias com planos de saúde, etc.

Apesar da agenda política condizente com os interesses do grande capital, o governo não contemplava com avidez os interesses neoliberais imperialistas em voga que continuava a cobrar mais efetividade nas políticas de flexibilização do trabalho, diminuição dos salários, privatizações e diminuição dos investimentos em saúde e educação pública. Ao mesmo tempo, por seu caráter teoricamente de centro-esquerda, a manutenção do governo Dilma (PT) poderia apresentar obstáculos na implementação dessas políticas visto que as medidas atingiriam em cheio as bases de apoio e sustentação do governo.

Os crescentes níveis de desemprego, a aparente recessão econômica, as políticas equivocadas, a imagem alinhada a processos de corrupção, dificuldade de diálogo no congresso e senado federal contribuíam para o agravamento da condição da governabilidade.

Sob a alcunha do fim da corrupção e a criminalização do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), grupos políticos em cooperação com o monopólio da grande mídia brasileira e os setores partidários e interessados do poder judiciário intensificaram os esforços para rotular a inoperância e corrupção do governo o que intensificou as manifestações em repúdio ao governo.

Nesse cenário, o processo de impedimento de Dilma Rousseff (PT) ganha força na Câmara dos Deputados amparado por constantes ataques de partidos de oposição de direita, conservadores e também corruptos. O suposto crime para o impedimento seria o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal o que denominaram como “pedaladas fiscais” mesmo sem indicar indícios claros da ilegalidade cometida.

Por meio de negociações com o PMDB, até então partido aliado do governo, o processo se mantém inalterado. Em troca o PT manteria o apoio ao presidente da câmara, Eduardo Cunha (PMDB) no Conselho de Ética que analisava sua cassação por quebra de decoro parlamentar.

A intensa campanha política contra o governo, a cartelização das informações, a seletividade aparente nas investigações e nos vazamentos de áudios fragilizaram ainda mais o governo intensificando a opinião de parte da sociedade brasileira contra a manutenção de Dilma Rousseff (PT) na presidência da república.

Esses setores da sociedade continuaram indo às ruas demandando a prisão do ex-presidente e manifestando apoio ao processo de impedimento de Dilma Rousseff (PT). As manifestações, em sua ampla maioria, foram organizadas por movimentos conservadores e de direita que aparentemente apartidários, eram financiados por órgãos internacionais e partidos políticos de oposição ao governo.

Correligionários, setores da sociedade e movimentos sociais de esquerda foram às ruas em defesa da manutenção do governo e/ou para denunciar o que se configurava como um golpe parlamentar.

Pressionado e precisando do apoio de suas bases, o governo se viu obrigado a não apoiar Eduardo Cunha (PMDB) em seu processo no Conselho de Ética. Em contrapartida, o presidente deu seguimento na abertura do processo de impedimento.

Em retaliação, por oportunismo e pela crescente desestabilização do governo, o PMDB e outros partidos políticos de sustentação do governo deixaram a base aliada. O PMDB apesar de compor a chapa vitoriosa nas eleições conjuntamente com o PT não abriu mão do cargo de vice-presidência da república.

Com a debandada de parte dos partidos da base aliada, a abertura do processo de impedimento se concretizou na Câmara sendo ratificado posteriormente pelo Senado Federal que acabou afastando a presidente Dilma Rousseff (PT) pelo prazo de 180 dias. O governo interino ficou a cargo do então vice-presidente Michel Temer (PMDB).

O cenário político alimentou deliberadamente o ódio ao Partido dos Trabalhadores insuflando discursos e ações conservadoras e fascistas que tem contribuído para os ataques aos direitos humanos, liberdade de expressão e manifestação, violência contra as minorias, os movimentos sociais e do campo, dos estudantes e dos trabalhadores organizados.

Por sua vez, o governo interino apressa-se na implementação de uma pauta neoliberal extremamente agressiva e conservadora relevantemente prejudicial ao país intitulada “Ponte para o Futuro”.

A equipe anunciada pelo governo interino não apresenta em seu quadro de primeiro escalão nenhuma mulher ou negro o que, portanto exclui a representação de mais da metade da população brasileira. Além disso, Michel Temer (PMDB) agilizou a extinção de ministérios centrais para a valorização da cultura, da igualdade de gênero e direitos humanos e nomeou como Ministro da Justiça

Alexandre Moraes que acumula episódios de violência contra movimentos sociais enquanto Secretário de Segurança do Estado de São Paulo.

Para a educação, o governo sinaliza para a precarização e privatização da educação pública, impossibilidade da manutenção do piso salarial dos professores, desvinculação de gastos obrigatórios que podem afetar negativamente o cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), processos de ampliação do PROUNI para o ensino médio, limitação do PRONATEC com formação aligeirada para a camada mais pobre da população, entre outras medidas em estudo.

A pasta da Educação foi atribuída ao senador Mendonça Filho (DEM) que declaradamente é contra as políticas de inclusão na educação pública superior e defende a cobrança de cursos de extensão e pós-graduação em universidades públicas. Seu partido ajuizou ação contra o sistema de cotas raciais instituído pela Universidade de Brasília (UnB) em 2009.

Recentemente o ministro recebeu, em seu gabinete, as contribuições de Alexandre Frota que em 2014 relatou em rede nacional como estuprou e agrediu uma mãe de santo e representantes do movimento conservador e de direita Revoltados On-Line sobre o projeto “Escola Sem Partido” que diz respeito, entre outras questões, da fiscalização e punição de professores que façam o que eles definem como “doutrinação ideológica”.

O atual ministro demonstra apoio a projetos que representam processos de cerceamento da prática docente, de criminalização da promoção e reflexão sobre os direitos humanos por parte de setores fundamentalistas.

Frente aos retrocessos, recrudescimento da opressão e criminalização dos movimentos sociais e trabalhadores da educação, os membros presentes na etapa regional para o II ENE compreenderam a necessidade de ampliar as frentes de luta pela manutenção e ampliação da educação pública, gratuita, laica, emancipadora e de qualidade e o fortalecimento de um projeto classista e democrático para a educação.

Parte da Tarde

Durante a tarde a plenária se reuniu em um único grupo para apontar, discutir e materializar as questões relativas ao estado de Goiás no que tange as questões

relacionadas á educação em consonância com os eixos de discussão delineados para II ENE.

EIXO: GESTÃO

1) Organizações Sociais

A plenária apontou como preocupante o pioneirismo do governo do estado de Goiás no avanço dos processos de privatização da gestão da educação pública a partir da atuação de Organizações Sociais (OSs).

A intenção da implementação desse tipo de gestão foi decidida de forma autoritária pelo governo sem nenhum tipo de diálogo franco com a sociedade, os estudantes da rede pública, comunidade escolar e os trabalhadores da educação.

As OSs são instrumentos que aparentemente facilitam a flexibilização na contratação de serviços, podem romper com as garantias mínimas da lei de licitação e possuem mais agilidade para usar os recursos, o que facilitaria o processo de desvio de dinheiro para empresas privadas diversas, desde empresas de reforma de escolas, até empresas gráficas de propaganda e material didático. O próprio responsável pela elaboração do projeto, Marcos das Neves, é o dono do Colégio Integrado Jaó, um dos maiores colégios particulares de Goiânia, escancarando um conflito de interesses entre a necessidade da ampla maioria da população em defender a escola pública, de um lado, e o projeto do governo e de um setor importante de empresários da educação, querendo entregar as escolas públicas para as OSs, de outro. Além do mais, o estado de Goiás não contava com nenhuma Instituição com condições técnicas e expertise para desempenhar de fato a gestão das escolas.

O projeto sofreu muita resistência e críticas por parte da sociedade. Em uma ampla defesa da educação pública e contra as OSs na educação, estudantes secundaristas ocuparam a Secretaria de Educação e mais de 27 escolas em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Cidade de Goiás. Durante todo o movimento houve muitas denúncias de repressão e truculência por parte da Polícia Militar do Estado de Goiás. Estudantes foram agredidos e apoiadores foram presos.

Após muita luta, algumas vitórias foram alcançadas: 1) O projeto, que o governo queria passar na calada da noite e sem nenhum debate, se tornou presente para a sociedade que começou a discutir e questionar a proposta; 2) As constantes pressões adiaram o lançamento do edital de convocação e diminuíram de antemão o número de escolas a serem gerenciadas pelas OSs; 3) O Ministério Público

Estadual e Federal foram obrigados a intervir junto ao governo do Estado no sentido de adiar o edital e promover um debate mínimo com a sociedade.

Porém, apesar do recuo parcial, o governador Marconi Perillo (PSDB) não desistiu do projeto e prepara um novo edital para qualificar e selecionar as empresas. Recentemente estudantes e apoiadores foram reprimidos com muita violência em outro protesto contra a terceirização da educação pública.

2) Militarização

O processo crescente de militarização das escolas públicas em Goiás preocupa os educadores e parte da sociedade que defende uma escola pública e emancipadora.

Os colégios militarizados são geridos pela Polícia Militar do Estado de Goiás. Os diretores são militares indicados por essa instituição, que se fundamenta em rígida disciplina, previsão de punições e um controle ideológico conservador muito restritivo. Os estudantes são obrigados a financiar uniformes e pagar mensalidades, ainda que sob outros nomes, configurando uma privatização não clássica e se assemelhando, em certa medida, com a atuação das Organizações Sociais. Apesar da Polícia Militar (PM) gerenciar as atividades e cobrar taxa por isso, o governo mantém repasses de recursos públicos para as escolas.

As escolas militarizadas tendem a ser excludentes para aqueles que não se adaptam ou não se enquadram em sua disciplina e também para as camadas mais pobres da população, que não têm condições de financiar as taxas mensais. Portanto, a escola acaba atendendo filhos da classe média e filhos de militares.

Além disso, a tendência da imposição da gestão militar contribui para a anulação da autonomia dos grêmios e controla as livres iniciativas dos estudantes, além de ser um instrumento de repressão à mobilização dos trabalhadores.

Apesar das várias contradições, o duplo financiamento (verbas públicas mais as taxas cobradas dos estudantes) garante aos colégios militarizados um orçamento maior permitindo a implantação de pequenas reformas que, junto com a disciplina militar e a exclusão dos estudantes tidos como “problemáticos”, gera resultados que, tomados fora de contexto, são vistos como positivos para uma grande camada da população que não está ganha para uma concepção de educação emancipadora, libertária e igualitária. A comunidade, habituada com discursos conservadores, ideologicamente aprendeu a ver como sucesso as escolas militares. Essa visão dificulta sobremaneira o debate sobre o que está por trás desse tipo de educação e

fazer essa disputa ideológica é um dos grandes desafios daqueles e daquelas que defendem uma educação pública, gratuita e de qualidade que se pautem pela emancipação de nossos jovens.

3) Precarização da Educação Pública

Os membros presentes na etapa estadual para o II ENE apontaram as constantes iniciativas do governo de Goiás em transformar a educação pública em um caos generalizado, a partir de políticas de precarização das condições físicas, estruturais e político-pedagógicas. O controle da prática docente por meio de “tutores”, a implementação de políticas meritocráticas, com a concessão de bônus a partir de critérios que jogam os trabalhadores da educação uns contra os outros, prejudicando a mobilização classista. Além disso, é prática do governo a desvalorização dos professores e a não contratação de servidores efetivos, optando pelos contratos temporários com baixos salários e condições ainda piores em relação à carreira dos efetivos. Constantemente, os professores são submetidos a capacitações organizadas por Instituições privadas de ensino ligadas à grandes corporações e bancos.

Em nível municipal a educação para jovens e adultos também mantém processos precarizantes e políticas de metas em que as gestões das escolas e os professores são obrigados a atender. Caso turmas não apresentem quantidade suficiente de estudantes simplesmente são fechadas com o antigo discurso de contenção de gastos numa lógica empresarial da educação.

4) Compreensão sobre os processos de privatização

Em tempos de crescimento das alas conservadoras alinhadas às políticas de direita e a partir da larga reprodução do senso comum, fica cada vez mais complicado denunciar os retrocessos presentes no discurso privatista. Diferentemente do final dos anos 90, onde a experiência prática com os governos do PSDB gerou uma massa crítica amplamente contrária às privatizações, hoje a mera denúncia dos processos como sendo privatizações não basta. Infelizmente, há um retrocesso brutal da consciência social média, provocado pela confusão gerada pelos anos de governos de colaboração de classes capitaneados pelo PT. Os que querem lutar em defesa da educação hoje não podem se contentar em denunciar os processos de privatização enquanto processos de privatização. É preciso avançar e aprofundar o diálogo com a sociedade com argumentos convincentes sobre os aspectos negativos presentes nessas políticas.

Será possivelmente uma longa caminhada até que consigamos ganhar novamente a maioria da população para uma visão de mundo onde não seja vista como virtude a submissão pura e simples aos interesses do mercado. Ganhar novamente para um projeto coletivo e emancipador a massa da população, a começar pelos próprios trabalhadores e usuários da educação pública, é uma tarefa que está por ser cumprida.

Os que lutamos em defesa da educação temos, no próximo período, a grande tarefa de educar, começando por educarmos a nós mesmos. Precisaremos ter mais paciência para lidar com toda a confusão ideológica, para construirmos denominadores comuns entre as forças políticas progressistas que atuam em nosso campo e, sobretudo, para reconstruirmos uma cultura de um trabalho de base onde possamos efetivamente escutar os profissionais da educação e os estudantes. Precisamos ganhar a comunidade acadêmica para o que historicamente foi o seu papel na luta por uma sociedade mais criativa, mais democrática, mais crítica e mais emancipadora. Precisamos ter consciência de que a tarefa é imensa e nos exigirá muita paciência e persistência. Contudo, os debates realizados nessa etapa estadual do ENE nos fortaleceram a todos e todas para essa batalha que temos que dar. Não é fácil e nem será fácil. Mas é necessário, é gratificante e, queremos crer, será vitoriosa.

EIXO: GÊNERO, SEXUALIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

A cerca de uma semana aconteceu em Goiânia o evento INTER UFG, atividade organizada por movimentos das atléticas em participação com a Universidade Federal de Goiás (UFG). O evento é uma festa que acontece anualmente e conta com a participação de milhares de estudantes das instituições superiores de ensino.

Durante a realização do último evento, foram divulgadas tabelas pelas redes sociais com caráter misógino, racista e homofóbico que estipulava a maior pontuação para quem tivesse relações sexuais. Se a mulher com quem os participantes se relacionassem fosse casada, o homem acumularia 10 pontos. Se ela fosse “gostosa e gata”, ganharia 8 pontos. Se a mulher fosse “pretinha bonitinha”, receberia 2 pontos. Aqueles que beijassem uma travesti seria “eliminado da competição”.

O caso ganhou repercussão regional e nacional e muita revolta principalmente dos movimentos sociais e dos movimentos feministas. A situação ocorreu concomitantemente com o caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, onde uma garota foi estuprada por mais de 30 homens.

A justiça e o Ministério Público Federal (MPF) foram acionados para apurar as denúncias e investigar o caso.

Pressionada e questionada sobre o fato, a gestão da UFG se posicionou de maneira branda, ressaltando que os atos seriam investigados e caso os culpados fossem estudantes da universidade seriam devidamente punidos. A universidade como um espaço público de respeito e reflexão deve se posicionar claramente sobre essas questões.

É notório a falta de perspectiva e abertura por parte das reitorias em aprofundar em espaços institucionais de discussão sobre sexualidade, gênero e questões étnico-raciais. Em alguns casos, como da UFG, a universidade segue patrocinando eventos de caráter hegemônico e que favorece a cultura do estupro.

Em período onde crescem as denúncias contra a cultura do estupro, a resistência e a luta pelos direitos LGBT e o fortalecimento dos movimentos feministas questiona-se qual o papel das Instituições públicas de ensino no enfrentamento do machismo, racismo e homofobia e também quais são os princípios e em que se fundamentam as atléticas.

Por sua vez, verifica-se um alto nível de evasão de pessoas transexuais dos espaços educacionais justamente por constantes processos de violência e discriminação em um ambiente que deveria acolher com respeito e tolerância todos os grupos da sociedade.

Diante da ampliação das pautas conservadoras vemos retrocessos no processo de enfrentamento das questões de gênero. Recentemente o MEC, após pressões de movimentos religiosos, deixou de implementar nas instituições de ensino o material de cunho informativo sobre sexualidade. Os Planos Municipais e Estaduais de Educação estão sendo alinhados por pautas reacionárias e cristãs contra o que eles denominam de “ideologia de gênero”. Iniciativas no congresso nacional tendem a retroceder os direitos da utilização do nome social para as pessoas trans. Recentemente vemos o avanço dos projetos de cerceamento da prática docente, de criminalização da promoção e reflexão e exclusão das minorias das instituições públicas de ensino.

Não discutir as questões de gênero e relações étnico-raciais é aprofundar ainda mais a violência e a exclusão de pessoas LGBTQs e das minorias indígenas e quilombolas.

É importante avançar em políticas contra o assédio moral, principalmente contra a mulher, que ainda é submetida a lógica machista e patriarcal dentro das próprias instituições de ensino.

III - EIXO: FINANCIAMENTO

Houve uma discussão que se pautou pela intensificação dos cortes para a educação e saúde com a desvinculação da receita específica (determinada constitucionalmente), bem como sobre as consequências do Sistema da Dívida, que utiliza quase 50% do orçamento do Governo Federal para alimentar o capital financeiro.

1) Projeto de Lei nº 257/2016

O Projeto de Lei nº 257/2016 que prolonga o prazo para o pagamento da dívida dos estados, mas além de não resolver o problema, traz ainda uma série de ataques aos direitos dos trabalhadores, principalmente servidores públicos, impondo a uniformização entre União, Estado e Municípios de medidas contra os direitos dos trabalhadores do serviço público, contra os serviços públicos em geral e fortalecimento da lógica de privatização e precarização destes serviços. Trata-se de uma medida que utiliza a justificativa de endividamento para que os municípios, estados e união imponham um sistemático ataque aos direitos dos servidores públicos e aos serviços públicos essenciais como, transporte, educação, saúde, segurança etc...

O PLP 257 altera dos dispositivos das Lei de Responsabilidade Fiscal restringindo significativamente os limites dos gastos públicos, criando o Regime Especial de Contingenciamento (REC) que poderá ser decretado quando a economia estiver em baixo crescimento nos termos já previstos pela LRF. Das despesas que poderão ser contingenciadas com o decreto estão a merenda escolar e o custeio das Instituições Federais de Ensino.

A união diante da crise do capital e com os caixas no vermelho tenta impor aos estados e municípios, já substancialmente endividados, uma série de contingenciamentos para prolongamento da dívida forçando uma série de medidas que direcionam para o desmantelamento do serviço público.

2) Desvinculação das receitas da união – DRU

A aprovação da prorrogação e alteração da Desvinculação de Receitas da União (DRU) – PEC 4/15, até 2023 e com percentual de 30%, diminuirá o montante de recursos disponíveis a Educação, Saúde e demais áreas sociais, inclusive para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que sustenta o pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial. Esta é a primeira vez que a DRU é prorrogada por oito anos e que permite aos estados e municípios estabelecerem mecanismo semelhante.

As obrigações constitucionais de gastos mínimos nas áreas de saúde e educação passam a ter um provável contingenciamento na ordem de 30% dos seus orçamentos a partir de 2016 (questionável caráter retroativo da emenda constitucional “temporária”) Dados do Ministério do Trabalho indicam que as desvinculações provocadas pela DRU nos recursos do PIS/Pasep entre os exercícios de 2003 e 2014 atingiram R\$ 80,31 bilhões.

A adoção da DRU combinada com o PLP 257/2016 visa estabelecer novos patamares para a remuneração do capital financeiro por meio da espoliação da força de trabalho e dos recursos naturais do Brasil. Trata-se de uma reorganização estrutural para intensificar a lógica do Sistema da Dívida Pública.

3) Sistema da Dívida Pública e a mudança de regime político na sociedade brasileira.

O sistema da dívida pública constitui-se no maior mecanismo de usupação das riquezas nacionais por meio do endividamento público. Grande parte das dívidas constituídas pelo Estado Brasileiro não possuem fundamentos em necessidades sociais da nação ou contrapartidas para o desenvolvimento econômico e social, ao contrário trata-se da maior **irresponsabilidade fiscal** com o patrimônio público brasileiro que é transferido para especuladores do capital financeiro internacional sem nenhum mecanismo de controle, limite ou transparência na destinação dos recursos Públicos.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem realizado um amplo trabalho de divulgação dos impactos do Sistema da Dívida sobre o fundo público nacional. A dívida pública interna atingiu a alarmante cifra de R\$ 3.936.680.800.962,35 em dezembro de 2015, cerca de 66% do PIB nacional. A dívida externa brasileira está na ordem de U\$ 545.353.169.041,77. Considerando uma cotação do dólar na ordem de R\$ 3,50, as dívidas internas e externas chegam a aproximadamente 100% do Produto Interno

Bruto. No ano de 2015 os serviços da dívida pública consumiram R\$ 962.210.391.323,00, equivalente a um custo de R\$ 2,63 bilhões por dia.

A crise da dívida dos estados culmina na apresentação do plp 257/2016 que busca instituir uma modelagem de negociações institucionais semelhantes a adotada pela troika (Comunidade Européia, FMI e Banco Central Europeu) contra a Grécia. A adoção de medidas contra os trabalhadores tendo como objetivo a rolagem da dívida dos estados e municípios com a União. Além das graves consequências para o desmonte dos serviços públicos já amplamente conhecidos o plp 257/2016 transforma a União em seguradora internacional para investidores nacionais e estrangeiros. O artigo 14 do PLP 257/16, altera o artigo 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. União poderá dar garantias a uma empresa privada, nacional ou estrangeira, ao fazer algum investimento no Brasil ou em qualquer parte do mundo, sem qualquer segurança para os cidadãos brasileiros. Trata-se de um dispositivo que possibilita a conversão das dívidas privadas em públicas.

Trata-se de buscar uma alteração na correlação de força das classes sociais na sociedade nacional fortalecendo a dominação dos monopólios, imperialismo e latifúndio em detrimento dos direitos sociais da população. Estamos diante de uma mudança de regime em que as forças populares estão sendo duramente combatidas no plano econômico, político e social.

O enfrentamento do SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA brasileira se constitui num elemento estratégico para o enfrentamento dos interesses hegemônicos o bloco dominante no país, composto pelo imperialismo, monopólios e latifúndio. A constituição de uma alternativa ao sistema da dívida passa pela necessária auditoria da dívida e enfrentamentos dos interesses dominantes na sociedade brasileira. É urgente a constituição de um bloco de forças contra hegemônico, forças populares, capaz de realizar a auditoria da dívida e enfrentar o sistema da dívida pública e o bloco das forças sociais dominantes.

EIXO: TRABALHO E FORMAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

1) Desestruturação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)

No dia 2 de junho de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a exoneração feita pelo Ministro Interino da Educação 31 servidores, o que desestruturou a SECADI e esvaziou o Fórum Nacional de Educação (FNE).

A SECADI ocupa-se de questões relativas à alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação de direitos humanos, educação especial, do campo, escolar indígena, quilombola e educação para as relações étnico-raciais. Como princípios e ações, centra-se na valorização das diferenças e diversidade, promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental, visando a concretização de políticas transversais e intersetoriais, conforme site <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao>

Por estes princípios e finalidades esta secretaria é vista como um avanço nas políticas educacionais, pois se destina a ocupar de políticas e ações para sujeitos excluídos e vulneráveis da sociedade, como os estudantes-trabalhadores da educação de jovens e adultos, do campo, indígenas, e quilombolas e pessoas portadoras de necessidades especiais além de colocar em pauta temas e necessidades da atualidade como os direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental.

Assim a redução das atribuições e estrutura da SECADI pode representar descontinuidade de importantes políticas em consolidação e também o enfraquecimento de processos democráticos, quer sejam na deliberação das políticas, quer sejam na inclusão desses sujeitos trabalhadores no acesso aos bens produzidos pela sociedade, que visam o atendimento destas populações e temáticas. Mais especificamente, em Goiás, ameaçam o funcionamento de cursos superiores da Universidade Federal de Goiás voltado para os trabalhadores/estudantes do campo, quilombolas e indígenas e, nos Institutos Federais, a oferta de cursos técnicos integrados voltados para a Educação de Jovens e Adultos, que oportunizam a elevação de escolaridade e profissionalização técnica destes sujeitos trabalhadores.

2) Processos de precarização do Programa Institucional de Bolsas de Inicialização à Docência (PIBID)

Além da questão da SECADI, foi abordada pelos presentes a recente publicação da Portaria nº 046/2016 pela CAPES que alterou significativamente o

PIBID. Este programa se constituiu em importante ação para qualificar a formação de docentes no Brasil além de estabelecer vínculos importantes dos cursos e estudantes das licenciaturas com as instituições públicas de educação básica. Contudo as alterações, segundo Carta do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID), de 27 de abril de 2016, disponível em <https://andesufrgs.wordpress.com/forum-nacional-do-pibid-forpibid-repudia-portaria-coercitiva-da-capes-que-precariza-e-desestrutura-o-programa/> Acesso em junho de 2016.

1) determina o fim dos subprojetos organizados por cursos de licenciaturas; 2) não menciona áreas de conhecimento do Pibid, tais como Licenciatura em Educação Física, Artes Plásticas e Visuais, Ciências Agrárias, Música, Dança, Ciência da Informática/Computação, Teatro, Psicologia, Enfermagem, Teologia, Línguas Estrangeiras, dentre outras; 3) é omissa quanto à formação de professores para a etapa da Educação Infantil, bem como para as modalidades da Educação Especial, Profissional e Educação de Jovens e Adultos, desconsiderando as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, que abrange as diversas áreas das licenciaturas; 4) altera as condições essenciais de formação dos bolsistas de iniciação à docência transferindo a função de supervisão na escola para professores que não estão em efetivo exercício em sala de aula e aumentando o número de escolas para o supervisor acompanhar; 5) reduz o número de professores das universidades e das escolas que compõem as equipes, aumentando a proporcionalidade entre licenciandos e formadores; 6) exclui o Coordenador de Gestão Educacional, sujeito que articula as atividades pedagógicas realizadas nas IES e escolas parceiras do Programa; 7) transfere suas funções para os Coordenadores Institucionais e para os coordenadores de áreas; 8) não faz menção ao PIBID Diversidade, desarticulando as ações de formação de professores para as comunidades indígenas, quilombolas e do campo; 9) ignora a organização da formação inicial dos professores por meio dos cursos de licenciatura e

demandas emergenciais de formação de para a Educação Básica; 10) define atribuições essenciais para o desenvolvimento do Programa para as redes de ensino, sem que haja segurança de que serão compreendidas e atendidas nas diferentes realidades regionais.

Estas alterações, segundo a compreensão dos presentes ao encontro, precarizam o desenvolvimento desta importante ação voltada para a consolidação de uma formação de qualidade para os professores e futuros professores no Brasil e acabam desvalorizando estes profissionais, dando continuidade a uma condição ainda fortemente presente em nossa sociedade e por décadas denunciada por estes profissionais e suas entidades.

EIXO: ACESSO E PERMANÊNCIA

Existe no Brasil hoje um processo de ingresso nas instituições superiores por meio do Exame Nacional do Ensino médio, o ENEM, nesse sentido o trânsito de alunos que ingressam em cursos superiores ofertados distante de seu local de origem aumenta significativamente. Infelizmente não existem políticas eficientes de apoio e permanência e o índice de evasão parece aumentar em relação aos processos seletivos tradicionais. Avaliamos que é urgente o avanço nas políticas de permanência e assistência estudantil condizentes com a nova forma de ingresso.

1) Acesso das comunidades tradicionais

Processo semelhante acontece com o acesso de alunos de comunidades indígenas e quilombolas. Estimulou-se o acesso de representantes dessas comunidades, mas não existiram políticas consistentes que preparasse a instituição para receber esses alunos, tanto estruturalmente quanto os trabalhadores e a comunidade, da mesma maneira os problemas são enfrentados pelo público atendido pela Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Comumente, a assistência e o apoio oferecidos pelas instituições não são suficientes para a permanência desses grupos que ainda sofrem discriminação e são submetidos a lógicas meritocráticas e excludentes dentro das próprias instituições públicas de ensino. De forma semelhante, os públicos atendidos pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) são acometidos pelos mesmos problemas e apresentam dificuldades em se verem como sujeitos protagonistas daquele espaço.

2) Acesso por meio do ENEM e as políticas de permanência

Os crescentes processos de ingresso nas instituições superiores de ensino por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) felicitaram a entrada e ampliaram as oportunidades dos estudantes por opções de instituições e cursos. Por outro lado, políticas sólidas e competentes de apoio a permanência são raras o que desestimula e inviabiliza a permanência dos estudantes que não contam com outro tipo de apoio e estrutura para seguir na instituição e curso pretendidos.

É preciso avançar na consolidação de políticas de assistência estudantil e permanência.

MOÇÕES

- 1) Repúdio à Lei da mordaza, às expressões nos estados da “escola sem partido”;
- 2) Repúdio à omissão da direção da UFRGS em relação aos atos fascistas nos campi;
- 3) Repúdio à retaliação aos estudantes ocupantes de escolas no Ceará;
- 4) Repúdio às prisões ocorridas no final do ato do dia 16;
- 5) Repúdio à apologia ao estupro na UFES;
- 6) Repúdio à exoneração dos 15 servidores no município de Extremoz/RN;
- 7) Repúdio aos casos de machismo no movimento sindical;
- 8) Apoio à luta pela educação no Rio de Janeiro;
- 9) Apoio aos Guarani- Kaiowá do MS;
- 10) Repúdio contra o genocídio da juventude negra;
- 11) Apoio a todas as ocupações;
- 12) Repúdio aos governos de estado que estão atrasando e parcelando o pagamento dos salários;
- 13) Apoio à luta dos professores mexicanos;
- 14) Repúdio ao assassinato dos povos indígenas no Brasil e ao Governo MS;
- 15) Repúdio à repressão da PM (brigada militar), aos estudantes que foram expulsos da ocupação da Secretaria da Fazenda do Rio grande do Sul;
- 16) Repúdio aos governos do CE,SP,RJ,RS, etc. em seus ataques à educação pública;
- 17) Repúdio à repressão aos professores e estudantes que protestavam contra o Plano Municipal de Educação de Salvador, que proíbe discussões sobre raça, gênero e orientação sexual;
- 18) Repúdio ao PL 26/2006, em Recife, que tenta impor “ a retirada e a não aquisição de livros que abordam a identidade de gênero e diversidade sexual”;
- 19) Repúdio ao assassinato de 49 pessoas em Orlando;
- 20) Repúdio ao parcelamento de salário dos servidores no AP, N,RJ e RS.
- 21) Moção de repúdio à Lei da mordaza, às expressões nos estados da “escola sem partido”;
- 22) Moção de repúdio à omissão da direção da UFRGS em relação aos atos fascistas ocorridos nos campi;

- 23) Moção de repúdio à retaliação a estudantes ocupantes de escolas no Ceará;
- 24) Moção de repúdio contra a prisão ocorrida no ato do dia 16/6/2016;
- 25) Repúdio à apologia ao estupro na UFES;
- 26) Moção de repúdio à exoneração dos 15 servidores no município de Extremoz/RN;
- 27) Moção de repúdio aos casos de machismo no movimento sindical;
- 28) Moção de apoio à luta pela educação no Rio de Janeiro;
- 29) Moção de repúdio ao governador Marconi Perillo –Goiás;
- 30) Moção de apoio à greve estudantil da UFSCAR ;
- 31) Moção de repúdio ao governo do estado da Paraíba pelo congelamento de salários dos servidores públicos federais;
- 32) Moção de apoio à ocupação da reitoria da UFG;
- 33) Moção de repúdio ao MPOG pelo não cumprimento à lei 12317/2010;
- 34) Moção de repúdio ao governo de Roraima pelo fechamento de escolas;
- 35) Moção de repúdio ao governo Waldez Góes (PDT), no estado do Amapá;
- 36) Moção de apoio aos trabalhadores do Amapá;
- 37) Moção de apoio à greve dos professores do Ceará;
- 38) Moção de repúdio contra a prisão de militante do MST;
- 39) Moção de repúdio à provocação fascista na UNB;
- 40) Moção de repúdio ao contingenciamento orçamentário da educação pública;
- 41) Moção de repúdio ao assédio sexual em Belém.

MOÇÃO DE REPÚDIO À LEI DA MORDAÇA, ÀS EXPRESSÕES NOS ESTADOS DA “ESCOLA SEM PARTIDO”

Repudiamos a Lei da Mordaca, onde somos filmados no exercício de nossa função (professores), e que nos impede de falar e formar criticamente nossos alunos. A escola sem partido é um projeto onde tem penetrado em várias instâncias da sociedade civil, vários grupos tanto religiosos como não religiosos e afins. No Espírito Santo, o projeto do Deputado Hudson Seal Castra a ideologia dos professores, impede manifestações e protestos nas escolas, sob o argumento de que estão preocupados com a “doutrinação ideológica”.

Uma professora da Rede Municipal de ensino de Vitória no ES teve sua aula filmada por um aluno. O vídeo foi enviado ao Deputado Jair Bolsonaro e o mesmo vem fazendo vídeos de ataques à professora, pretendendo inclusive retornar ao ES e realizar uma aula na escola onde ela trabalha.

Repudiamos qualquer tentativa de ataque à educação que garante liberdade de expressão por parte dos professores, à uma educação laica e de qualidade para todos e para todas.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO À OMISSÃO DA DIREÇÃO DA UFRGS EM RELAÇÃO AOS ATOS FASCISTAS OCORRIDOS NOS CAMPI

Nós, estudantes, professores, militantes, presentes no II ENE, GT POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL – GTPCEGDS, declaramos repúdio a omissão da direção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em relação aos atos fascistas contra os LGBT'S - Indígenas, Negras e Negros, ocorridos nos Campi da Universidade.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO À RELALIAÇÃO A ESTUDANTES OCUPANTES DE ESCOLAS NO CEARÁ

Repudiamos a ação de gestores escolares que, junto à mídia vêm mentindo propositalmente para criminalizar estudantes responsáveis pela ocupação de escolas. O Governo através de gestores e mídia vem colocando a comunidade escolar (pais, professores , funcionários e estudantes) e moradores das proximidades das escolas ocupadas contra esses estudantes do movimento de ocupação ao ponto de colocarem risco a vida de estudantes que estão sendo ameaçados de morte, lutadores por uma educação pública e de qualidade.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A PRISÃO OCORRIDA NO ATO DO DIA 16/6/2016

Reunimos-nos no II Encontro Nacional de Educação – ENE, em Brasília, no período de 16 a 18 de junho de 2016, na Universidade de Brasília – UNB. Vimos repudiar a prisão ocorrida no dia 16/6, de estudantes e um professor. Vimos também, reafirmar que somos contra a criminalização dos Movimentos Sociais.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

NOTA DE REPÚDIO À APOLOGIA AO ESTUPRO NA UFES

O Encontro Nacional de Educação vem a público denunciar e repudiar as manifestações machistas e de apologia ao estupro realizado por alguns estudantes de Direito da UFES, que cantavam em áudio de WhatsApp: “ Estupro é Tabu” e “Sexo é surpresa”.

Considerando que o ES é um dos estados que mais matam mulheres no Brasil, não podemos aceitar declarações de apologia ao crime de estupro que reforçam o machismo.

Declaramos apoio aos coletivos feministas capixabas na luta contra o machismo e à cultura do estupro.

Exigimos da Reitoria da UFES medida imediata contra os agressores do Direito da UFES, pelo crime de apologia ao estupro. Exigimos também ações imediatas que coíbam assaltos e estupros no campus e garantam o afastamento de professores denunciados por assédio.

Contra a Cultura do Estupro!
Basta de Machismo Institucional!!

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO À EXONERAÇÃO DOS 15 SERVIDORES NO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN

O II Encontro Nacional de Educação – ENE, vem por meio desta nota, manifestar seu total repúdio ao ato arbitrário e ilegal praticado pelo prefeito do município de Extremoz/ RN, Klaus Rêgo (PMDB), no dia 11 de maio de 2016, onde o prefeito promoveu a exoneração de 15 servidores do município (incluindo três diretores do SINTE/RN de Extremoz; Socorro Ribeiro, Junior Monteiro e Edna aguiar).

O Prefeito demitiu os servidores sob a alegação de acumulação de cargos, porém o processo encontra-se com muitos vícios e os servidores não tiveram o direito garantido na legislação de optar em qual cargo de fato queria ficar. A

desvinculação destes trabalhadores no quadro de servidor público configura-se como uma perseguição política. Nos dias 9 e 10 de maio, dezenas de trabalhadores sob a direção do SINTE- Extremoz, ocuparam a prefeitura durante todo o horário de expediente, reivindicando o pagamento de salários atrasados e pela reintegração de um servidor do setor de saúde que havia sido exonerado também de forma arbitrária e ilegal. No dia 11 a prefeitura pagou os salários dos servidores, a categoria voltou às atividades normais nas escolas, mas no horário vespertino foi surpreendida com a publicação no Diário Oficial do município da exoneração, justamente de um grupo que estava na ocupação.

Defendemos o direito a manifestação, a organização sindical dos trabalhadores e o direito à defesa dos exonerados. Sendo assim, nos solidarizamos com a luta dos trabalhadores de Extremoz e exigimos a reintegração dos 16 trabalhadores desvinculados do quadro de servidor público de Extremoz. A saber:

- Geraldo Bezerra de Souza Filho;
- Alenusa de Sá Alves Sétrio;
- Ana Lúcia Gomes da Silva;
- Cleberson Cordeiro de Moura;
- Edna Maria de Aguiar;
- Ingrid de Souza Silva;
- Jailson Carlos da Silva Barbosa;
- José Monteiro do Nascimento Júnior;
- Luzineide Almeida dos Santos;
- Maria do Socorro Alves Ribeiro;
- Maria José de Oliveira Nunes;
- Rosineide Linhares Avelino;
- Rosana Vieira da Silva Costa;
- Sandra Helena Accioly Lucena.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AOS CASOS DE MACHISMO NO MOVIMENTO SINDICAL

Contra o Machismo persistente no Movimento Sindical, onde muitas vezes ainda predomina um ambiente de opressão às mulheres, tanto pela falta de

condições de militância (falta de créditos, reuniões sem hora para acabar), quanto pelo ambiente de opressão (agressões verbais, piadas machistas e LGBT públicas, intimidação e silenciamento), que acaba afastando muitas mulheres da militância sindical.

Contra a instrumentalização da parte feminista para se fazer disputa política. Muitas vezes, infelizmente ocorre, por parte de grupos que sempre reproduziram o machismo, a instrumentalização do feminismo por meio de falsas denúncias e manipulações para se derrotar ou imobilizar um adversário na disputa interna.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE APOIO À LUTA PELA EDUCAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

Nós, militantes do campo de educação, reunidos(as) no II Encontro Nacional de Educação, em Brasília, em junho de 2016, expressamos total apoio às lutas que vêm sendo travadas no estado do Rio de Janeiro, por uma educação pública gratuita, laica, efetivamente democrática, socialmente referenciada e de qualidade para todos(as).

A corajosa greve na rede estadual de ensino e nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, que já adentra o 4º mês, somada às ocupações de escolas públicas e às muitas manifestações de rua tem ganhado cada vez mais apoio da população e denunciado o total descaso do governo PMDB com a educação, que privilegia os interesses da burguesia com isenções fiscais e gastas com megaeventos em detrimento do pagamento de salários de servidores, bolsas de estudantes, direitos de trabalhadores (as), terceirizados (as), e investimento no bem público que é a educação.

Repudiamos todas as ações violentas promovidas por agentes de estado que visam desmobilizar e intimidar a luta em curso, como a barbárie recente contra estudantes que protestavam legitimamente nas ruas do Méier, bairro da zona norte carioca, que ganhou importante visibilidade midiática.

A construção de uma educação emancipatória só se torna possível por meio de luta coletiva e organizada da classe trabalhadora. Luta essa já em andamento e em estado de ebulição. Como já bem afirmou um lutador histórico: “ Os poderosos

podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a primavera inteira”.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016

MOÇÃO DE APOIO AOS GUARANI-KAIOWÁ DO MS

Basta Genocídio!

Pela demarcação das terras indígenas já!

No dia 14 de junho de 2016 entra para a história como o dia trágico para os povos originários. Momento em que a violência desencadeada pelos agentes do agronegócio atingiu comunidades indígenas da região do mato grosso do Sul. /os fazendeiros, organizados em grupos paramilitares, armaram emboscada contra líderes indígena que resultou em uma morte e seis feridos no município de Caarapó-MS. As comunidades dos Tekohas Tey Jusu, Pyelito Kue, Apyrái, dentre outras terras indígenas, resistem aos ataques paramilitares e do estado que não conhece o direito desses povos.

Fazemos o nosso questionamento de uma liderança ? Guarani-Kaiowá:

Não ... Hoje não é um bom dia, amanhã também não será um boa dia.

Cansamos de falar em direitos humanos.

Direitos humanos para quem?

Direitos humanos para as elites do Brasil?

Direitos humanos para os políticos canalhas de terno?

Direitos humanos para as transnacionais?

Direitos humanos para o legislativo, o executivo e o judiciário?

Direitos humanos para os fazendeiros, Polícia Federal, Polícia militar, Departamento de Operações e Fronteiras, militares e assassinos?

Direitos humanos para jantar com seus pratos cheios de sangue puro e nobre indígena?

Direitos humanos para quem?

Para os povos originários nada?

Para os povos originários a morte?

Para os povos originários a dor?
Para os povos originários o genocídio?
Para os povos originários sofrimento?

Terra e Liberdade para os GUARANI-KAIOWÁ!!

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNADOR MARCONI PERILLO –GOIÁS

Desde 2013 o Governador Marconi Perillo vem realizando reformas nas escolas públicas estaduais, visando desarticular professores e estudantes em luta pela educação, tais reformulações vão desde a integralização de escolas estaduais da capital de forma precarizada, com projetos comprados de empresas até a militarização em massa de escolas nos interiores do estado. Em 2015 este ainda abriu editais para entregar as escolas à iniciativa privada via Os's e mobilizações contra os Os's.

Após os estudantes ocuparem cerca de 26 escolas por todo o estado, Marconi Perillo mesmo contra decisões judiciais desocupou estas escolas, deixando vários estudos feridos. Portanto, demonstramos nosso repúdio aos projetos precarizantes e militarizantes deste governo do Estado de Goiás, bem como, repudiamos os ataques aos professores estudantes em uma luta, a criminalização e a perseguição política destes.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE APOIO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO EM GREVE

Toda solidariedade aos profissionais da educação no Rio de Janeiro em greve a mais de cem dias.

Repúdio ao governo do estado do Rio de Janeiro – Dornelles que decretou estado de calamidade pública na situação financeira no estado autorizando a racionalização de todos os serviços públicos para garantir as Olimpíadas.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE APOIO À GREVE ESTUDANTIL DA UFSCAR

O II Encontro Nacional de Educação – ENE apoia a greve estudantil da UFSCAR pelo Fora Temer e contra a aplicação do ajuste fiscal e a retirada de direitos sociais e trabalhistas.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA PELO CONGELAMENTO DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

Aprovado no II Encontro Nacional de Educação – ENE, demonstramos repúdio ao Governo do estado da Paraíba, pela conversão da MP nº242 na Lei 10.660/2016, aprovada pelo governador Ricardo Coutinho (PSB), que suspende as progressões funcionais dos servidores do poder executivo, eximindo desta forma os servidores dos poderes legislativo e judiciário.

Pela isonomia e respeito aos direitos dos trabalhadores!

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE APOIO À OCUPAÇÃO DA REITORIA DA UFG

Manifestamos apoio à ocupação a reitoria da Universidade Federal de Goiás. Esta ocupação construída somente por mulheres aconteceu em repúdio ao caso de estupro ocorrido dentro do Campus da Universidade.

Exigimos uma proposta prática de reitoria que de fato possa resolver os problemas de segurança em todos os Campis da UFG, não aceitamos segurança privada em nosso Campus.

Todo apoio às lutas das mulheres!

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO MPOG PELO NÃO CUMPRIMENTO À LEI 12317/2010

Repudiamos o não respeito do MPOG à Lei 12317/2010, que garante 30h de trabalho para Assistentes Sociais.

A lei não está sendo garantida no momento nas Instituições Federais, afetando trabalhadores(as) da educação.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DE RORAIMA PELO FECHAMENTO DE ESCOLAS

Ao Governo de Roraima pelo fechamento de escolas de turmas e aumento de alunos por turmas, bem como pela militarização ou policialização das escolas Estaduais.

Descumprimento dos acordos coletivos de pagamento de progressões atrasadas e não cumprimento da database dos trabalhadores em educação.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO WALDEZ GOES (PDT, NO ESTADO DO AMAPÁ

Diante dos ataques do Governador Waldez Goes (PDT), no estado do Amapá aos servidores públicos do estado. Nós trabalhadores da educação viemos através desta repudiar a harmonia que existe entre o governo e o judiciário, que representado na figura da desembargadora Stella Ramos que concedeu a liminar pedida pelo Governo proibindo greve ou paralisações dos trabalhadores da Educação por 120 dias sob multa diária de 3 mil reais por dia.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), entrou na justiça alegando que os trabalhadores já abusaram do direito de greve, sendo que às vésperas da materialização da mesma, minutos que precederia, a desembargadora favoreceu o governo do estado com a medida clara contra o trabalhador.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016

MOÇÃO DE APOIO AOS TRABALHADORES DO AMAPÁ

O II Encontro Nacional de Educação – ENE vem a público manifestar seu irrestrito apoio e solidariedade aos trabalhadores do Amapá, que também estão enfrentando o aprofundamento desmonte, sucateamento e desvalorização do serviço público.

O Governador Waldez Góes (PDT) já está aplicando no estado do Amapá várias propostas nefastas previstas no PLC 257. Exemplo disso é o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos, de 11 para 14%, que implicará inevitavelmente em um maior achatamento dos salários já congelados. Cuja previsão de pagamento será alterada pela PEC 001/2016, para o 8 dia útil de cada mês, ou seja, promovendo uma desarticulação da vida financeira dos servidores que deixarão de pagar suas dvidas em dia, acarretando juros mais elevados  alimentação, aluguel, saúde, transporte e lazer.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE APOIO A GREVE DOS PROFESSORES DO CEARÁ

A educação pública estadual, educação básica e superior, no Ceará estão em greve. São 60 escolas ocupadas, 54 dias de greve nas de educação básica e 21 nas de superior, contra os cortes na educação.

O governo de Camilo Santana o PT vem retirando direitos, contando projetos (Como PCA e PDT), diminuindo o funcionamento dos espaços multi-meios/bibliotecas e laboratórios. No início de 2016 demitiu mais de 6.000 professores (as) temporários.

A situação dos professores temporários é ainda mais crítica. Tem um contato precarizado com duração de 10 meses e salário inferior ao do nível “A” da carreira neste momento, Camilo anuncia que o reajuste será 0% ou seja não haverá.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA A PRISÃO DE MILITANTE DO MST

Os participantes do II Encontro Nacional de Educação – ENE, repudiam a prisão arbitrária do integrante do MST do estado de Goiás, Valdir. Essa atitude representa a ofensiva e criminalização dos movimentos populares por parte da burguesia e seus aliados. Mais do que nunca, é necessário unificar as lutas populares contra o avanço da direita. Nesse sentido, devemos fortalecer iniciativas

de reunir e unificar a classe trabalhadora, por meio de um encontro nacional da classe e movimentos populares.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO À PROVOCAÇÃO FASCISTA NA UNB

Enquanto realizamos o Encontro Nacional de Educação, na UNB, um grupo de 30 pessoas jovens fez um ataque provocador fascista. Armados com cassetetes até armas de choque feriram um estudante, ameaçaram vários outros e cantaram músicas racistas e homofóbicas. Queriam brigar, mas terão uma grande resposta.

Este ENE repudia veementemente esta agressão à Educação Pública, à UNB e seus estudantes, aos LGBT'S e aos negros, e chama as entidades e forças sociais e políticas para ajudar os estudantes da UNB a darem uma resposta política a esta agressão.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O II Encontro Nacional de Educação- ENE, aconteceu em um momento de crise política e econômica. A baixa de preços das mercadorias primárias e queda de taxa de lucros dos capitalistas na economia brasileira, essa extremamente frágil, dependente financeira, tem deixado os governos a tocar esse ajuste fiscal com cortes e flexibilização dos direitos trabalhistas, privatizações e diminuições de gastos sociais.

O II ENE repudia o contingenciamento orçamentário da Educação Pública e declara o apoio aos lutadores secundaristas que ocupam suas escolas e resistem aos ataques aos seus direitos. Apoiamos também os estudantes que ocupam suas universidades contra os cortes de Dilma e o projeto de desvinculação que propôs ao governo Temer.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO ASSÉDIO SEXUAL EM BELÉM

Considerando nota publicada no dia 8/5/2016, em jornal impresso, em Belém-PA. A qual informa que “rês estudantes de direito abandonaram o cargo de estágio” no Ministério Público do Estado do Pará, em razão de suposto assédio sexual de um promotor de justiça. Nós estudantes, professores e movimentos sociais, repudiamos todo e qualquer ato de assédio sexual e ou moral e exigimos da Corregedoria- Geral e da Procuradoria –Geral do Ministério Público do Estado do Pará a imediata investigação e enérgica punição aos envolvidos, neste e em outros casos que porventura sejam denunciados. E manifestamos total apoio à campanha contra o assédio sexual e moral, proposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Pará – Sisemppa.

II Encontro Nacional de Educação

Brasília, 18 de junho de 2016.